

CONHECER PARA AGIR

Contributos das Ciências Sociais para o Livro Branco da Juventude

Relatório Síntese das Mesas Redondas



Coordenação
Maria Manuel Vieira
Lia Pappámikail
Vitor Sérgio Ferreira
Jussara Rowland

Ficha Técnica

Título: Conhecer para agir: contributos das ciências sociais para o Livro Branco da Juventude

Organização:

Maria Manuel Vieira; Lia Pappámikail; Vítor Sérgio Ferreira; Jussara Rowland

Relatores:

Ana Nunes de Almeida (ICS-UL); Lia Pappámikail (IP Santarém, ICS-UL); Maria Manuel Vieira (ICS-UL); Marina Costa Lobo (ICS-UL); Mónica Truninger (ICS-UL); Natália Alves (IE-UL); Pedro Alcântara da Silva (IE/ICS-UL); Sandra Mateus (CIES/ISCTE-IUL); Vítor Sérgio Ferreira (ICS-UL).

Participantes das mesas redondas:

Ana Paula Marques (CICS-UM); António José Almeida (ESCE - IP Setúbal); Beatriz Padilla (CIES/ISCTE-IUL); Celeste Simões (FMH-UTL); Cristina Nunes (CIES/ISCTE-IUL); Edalina Sanches (ICS-UL); Fátima Forreta (ME); Ilona Kovács (ISEG-UTL); Isabel Loureiro (ENSP-UNL); João Guerra (ICS-UL); João Queirós (IS-UP/ESE-IPP); João Sardinha (CEMRI/UAB); João Sebastião (ISCTE-IUL); João Teixeira Lopes (FLUP); José Alberto Simões (CesNova/FCSH-UNL); José Resende (FCSH-UNL); Luísa Schmidt (ICS-UL); Luísa Veloso (CIES/ISCTE-IUL); Magda Nico (ISCTE-IUL); Marco Lisi (IPRI-UNL); Margarida Gaspar de Matos (FMH-UTL); Maria Lucinda Fonseca (IGOT/CEG-UL); Marta Villar Rosales (CRIA-UNL); Noémia Lopes (ISCTE-IUL); Nuno de Almeida Alves (CIES/ISCTE-IUL); Pedro Costa – (Dinâmia – CET/ISCTE-IUL); Renato Miguel do Carmo (CIES/ISCTE-IUL); Ricardo Campos (CEMRI-UAberta); Sandra Marques Pereira (Dinâmia/ISCTE-IUL); Sónia Caridade (UFP); Susana Fonseca (ISCTE-IUL); Susana Valente (ICS-UL); Teresa Duarte Martinho (ICS-UL); Teresa Rosado (ICS-UL); Teresa Seabra (ISCTE-IUL); Vera Borges (ICS-UL); Victor Meirinhos (FCSH-UNL).

Edição:

Observatórios do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1900-189 Lisboa

1ª edição: Dezembro 2013

Design: João Pedro Silva

ISBN: 978-989-98868-0-3

Evento realizado a 17 de Maio de 2012 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Apresentação

A iniciativa **Livro Branco sobre a Juventude**, dinamizada pela Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ), visou mobilizar a participação juvenil e as instituições intervenientes das políticas de juventude na elaboração de um Documento a nível nacional com vista à definição de uma Estratégia Global e um plano de acção na área da Juventude.

O Observatório Permanente de Juventude (OPJ/ICS-UL), em parceria com a SEDJ, organizou um evento a nível nacional onde foram sistematizados e discutidos os contributos para o Livro Branco da Juventude, quer por parte da sociedade civil (cuja recolha foi da responsabilidade da SEDJ), quer por parte de investigadores com trabalho científico sobre as realidades juvenis em Portugal e na Europa.

Esse evento, designado **Conhecer para agir – contributos para o Livro Branco da Juventude**, teve lugar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no dia 17 Maio 2012.

O OPJ associou a este evento nove *workshops* de peritos, em diferentes áreas de atuação e conhecimento, tendo como referencial as linhas de orientação definidas na elaboração do Livro Branco da Juventude: Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Cultura, Inovação e Criatividade; Desigualdades e Inclusão Social; Educação e Formação; Emancipação Jovem e Habitação; Emprego e Empreendedorismo; Mobilidade e Migrações; Participação Política, Cívica e Voluntariado; Saúde e Prevenção de Comportamentos de Risco.

Estes *workshops* tiveram como objetivo reunir, sem a pretensão da exaustividade, o património de conhecimento produzido pelas ciências sociais acerca da juventude. Os peritos discutiram tendências e cruzaram saberes com o objetivo de identificar lacunas e formular sugestões que possam ser equacionadas no plano de acção na área da Juventude. Como se verá, os resultados deste trabalho evidenciam a transversalidade desses saberes – e a exigência de respostas políticas articuladas. Por sua vez, comum a todos os *workshops* sobressai a ideia de que a monitorização permanente (através do conhecimento e da avaliação) é um requisito indispensável para a tomada de decisão adequada, e que esse conhecimento (e acção) não pode dispensar a voz dos próprios jovens.

Neste relatório estão reunidos os sumários executivos resultantes dos *workshops*. Neles estão sumariados alguns dados considerados especialmente relevantes para o conhecimento da área em questão, seguidos de algumas sugestões e recomendações destinadas a contribuir para as escolhas e decisões de carácter político. O conteúdo e a forma destes sumários temáticos são da inteira responsabilidade dos relatores dos *workshops*, que transpuseram os resultados do debates segundo o formato que consideraram mais adequado aos objetivos que presidiu a este encontro.

Lisboa, Dezembro de 2013

Índice das contribuições

AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	5
CULTURA, INOVAÇÃO E CRIATIVIDADE	9
DESIGUALDADES E INCLUSÃO SOCIAL	17
EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO.....	20
EMANCIPAÇÃO JUVENIL E HABITAÇÃO	25
EMPREGO E EMPREENDEDORISMO.....	31
MOBILIDADE E MIGRAÇÕES	34
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, CÍVICA E VOLUNTARIADO.....	40
SAÚDE E PREVENÇÃO DE COMPORTAMENTOS DE RISCO.....	42



Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relatora: Mónica Truninger (ICS-UL)

Peritos participantes: Luísa Schmidt (ICS-UL), Susana Valente (ICS-UL), João Guerra (ICS-UL), Susana Fonseca (ISCTE-IUL), Teresa Rosado (ICS-UL).

Apresentação

No âmbito das questões que se prendem com a relação dos jovens com a problemática do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, os cinco peritos (mais o relator) reunidos no *workshop* que teve lugar no passado dia 17 de Maio sublinharam vários pontos a ter em consideração no desenho de um plano de ação na área da Juventude. Estes aspetos estão organizados em quatro eixos principais: saberes acumulados/tendências; temas emergentes/em aberto; oportunidades e constrangimentos; sugestões/recomendações.

Saberes acumulados/tendências

Os jovens são um grupo fundamental como força dinamizadora de mudança face aos desafios ambientais futuros (por exemplo, alterações climáticas, mudança de paradigma em relação à energia, à água, ao consumo, mobilidade).

Segundo os inquéritos existentes sobre os jovens portugueses (inquéritos OBSERVA 1998 e 2000, inquérito à educação ambiental, European Social Values, European Social Survey), os jovens são o grupo mais motivado para as questões ambientais e mais informado sobre estas matérias – são por isso considerados como fazendo parte da ‘nova geração verde’;

Importa compreender um fenómeno com tendência para se tornar mais grave e problemático no futuro: face ao panorama de profunda crise económica que afecta os jovens (desemprego, crescente precarização) é fundamental estudar estratégias inovadoras e criativas que canalizem este potencial contido na geração verde para a construção de uma sociedade mais sustentável e com mais qualidade de vida. A aposta no ambiente (economia e emprego verde, empreendedorismo verde, associativismo ambiental) pode ser a chave para resolver muitos dos problemas sérios hoje vividos pelos jovens portugueses.

Temas emergentes/em aberto

Os jovens expressam-se e afirmam-se através do consumo, por isso é fundamental estudar melhor a relação que estes têm com o consumo.

Um dos temas emergentes que importa estudar é a forma como os jovens vão encarar uma necessária relação diferente com o consumo dentro de um quadro de austeridade e de crise económica, bem como de profundos desafios ambientais. Que tipo de efeitos é que esta relação com o consumo (a falta dele ou a sua reconfiguração) poderá criar nos jovens?

É necessário estudar melhor as novas formas de ser consumidor (percebendo as externalidades do consumo no ambiente), e utilizar as sensibilidades dos jovens (ao mar, aos rios, às áreas protegidas, aos animais) como forma de canalização das suas energias para a construção de uma sociedade mais sustentável, integradora e equitativa.

Há o risco de os jovens se refugiarem no 'banditismo difuso' (pequenos delitos e crimes) para terem acesso a bens de consumo desejados ao agravarem-se as condições de acesso ao mercado com a continuação dos programas de austeridade em curso – este é um aspeto que necessita mais investigação e ação.

É necessário compreender melhor a nova cultura ambiental que está a emergir nas empresas, nas escolas, nas associações, e a disseminar-se por várias regiões do país (novos movimentos da transição, a permacultura, jovens ligados à agricultura e pescas, envolvidos na defesa da costa e em múltiplas ações pelo ambiente como a limpeza de praias e florestas, etc.);

Compreender melhor a relação dos jovens com o conceito de suficiência (redefinição do que é prioritário para a vida);

Compreender melhor os bairros problemáticos (com todas as vagas de emigração por que passaram, concentrando aí um número cada vez mais crescente de jovens), e analisar de que forma envolver estes jovens em causas locais e próximas pela melhoria da qualidade ambiental e de vida dos seus bairros. Estes estudos (do foro interdisciplinar dentro das ciências sociais) podem contribuir para compreender melhor o potencial motor da juventude como dinamizador da integração social e sustentabilidade ambiental desses bairros e comunidades locais.

Oportunidades e Constrangimentos

Oportunidades:

Os jovens podem ser considerados como sendo a 'força' da sociedade tendo uma capacidade e energia para mobilizar-se que os grupos etários mais velhos não têm. Por isso mesmo, o ambiente/desenvolvimento sustentável só pode ser um tema estratégico e chave nas políticas de juventude. Estas preocupações com o ambiente já entraram nos currículos (e.g. programa eco-escolas), já são muito difundidos nos média, são fonte de preocupação e mobilização por parte dos jovens (é nestas idades que muitos são cativados para a mobilização cívica participando em associações e atividades extracurriculares). O ambiente é um tema que projeta o futuro e que é fortemente mobilizador. É esta força mobilizadora que deve ser aproveitada para a construção de uma mudança paradigmática da sociedade como um todo em relação às questões ambientais e de desenvolvimento sustentável;

A educação ambiental é uma excelente oportunidade a investir ao nível do desenho de políticas para a juventude, mas é fundamental que esta assente nos jovens e não apenas nas crianças (ou seja, não apenas no 1º ciclo do ensino básico, é fundamental estender aos outros ciclos do ensino);

Há também uma clara oportunidade que importa aproveitar em relação à educação ambiental ao longo da vida, e que não se cinge apenas às escolas;

O emprego verde pode oferecer novas possibilidades de profissionalização dos jovens numa altura de grandes incertezas sobre o seu futuro (desemprego, crescente precarização, crescente emigração);

A aposta no consumo sustentável também constitui uma ótima oportunidade para mobilizar os jovens para uma nova cultura ambiental.

Constrangimentos:

Escassa investigação científica sobre os jovens e o ambiente. A que existe foca-se sobretudo na educação ambiental, e neste âmbito, centra-se sobretudo nas crianças e não nos jovens (idades entre os 15 e os 35 anos).

Há uma certa infantilização dos programas de educação ambiental, sendo fundamental deixar de tratar os jovens como crianças;

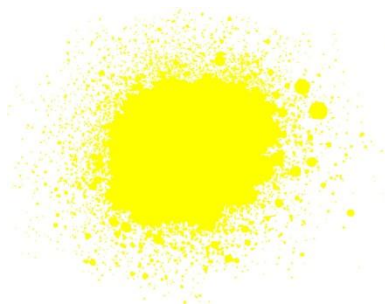
Grande falta de dados oficiais sobre esta matéria (o INE deveria recolher mais indicadores sobre a relação dos jovens com o ambiente – ver recomendações sobre que tipo de indicadores a recolher);

A nova estrutura de organização das escolas (em agrupamentos e super-agrupamentos) pode tornar-se um forte obstáculo na dinamização de programas de educação ambiental ou de iniciativas que aproximem os jovens às questões do ambiente. Por exemplo, montar uma horta pedagógica numa escola pode ser facilmente obstruída pela decisão distante do diretor do agrupamento. O diretor da escola é uma peça fundamental na gestão e dinamização de projetos ambientais na sua comunidade escolar. A sua ação não deveria ser condicionada por interesses alheios e distantes aos interesses locais que fomentem o bem-estar da escola e da comunidade onde esta está inserida;

Recomendações

- É necessária mais investigação sobre os jovens e a relação que têm com o desenvolvimento sustentável (não só nos seus dois pilares mais conhecidos – o ecológico e o económico – mas sobretudo no social, que cobre aspetos como a justiça e a equidade sociais);
- Deveria ser criado um ‘ano de pausa’ (*‘gap year’*) entre o final do ensino básico (3º ciclo) e a entrada para a universidade para promover nos jovens o espírito de iniciativa, empreendedorismo, troca de experiências com outros jovens (eventualmente de outros países) em atividades várias (voluntariado, associativismo, nomeadamente na área do ambiente);
- Apostar fortemente na aplicação de um inquérito aos jovens sobre os significados, valores e práticas em relação à qualidade de vida e ao ambiente (onde temas variados como o associativismo, o consumo sustentável, a cidadania, os lazeres, os sonhos e expectativas de estilos de vida, o emprego verde, poderiam ser abordados);
- Existe uma enorme falta de indicadores sobre a relação entre os jovens e o ambiente que interessa captar pelos órgãos estatísticos oficiais (Instituto Nacional de Estatística). Por exemplo, existe falta de indicadores sobre associativismo: número de jovens filiados nas associações ambientalistas (por idade, por género, por nível de escolaridade, por área de residência – NUTS III, etc.);
- Indicadores que meçam diferentes tipos de mobilização jovem em ações ambientalistas: a participação dos jovens em atividades de curto prazo (ad-hoc), por exemplo, em campanhas de limpeza de praias e florestas; a participação dos jovens em atividades mais duradouras de defesa do ambiente, nomeadamente dinâmicas de profissionalização na economia verde;
- Indicadores para medir uma nova cultura ambiental em diferentes sectores (por exemplo, na agricultura, na permacultura, na agricultura biológica, nas hortas urbanas e comunitárias; nas pescas; nas empresas; nas escolas profissionais, etc.);

- Indicadores para medir a penetração da cultura ambiental nas empresas (por exemplo, perceber melhor de que forma os jovens empresários criam dinâmicas para fomentar a economia verde);
- Indicadores para medir as práticas de consumo dos jovens (bens de consumo, transportes, usos de água e energia, reciclagem, cidadania e participação, etc.);
- Indicadores para medir as várias atividades de educação ambiental que se estão a fazer nas escolas (hortas pedagógicas, eco-escolas) e a sua repercussão na comunidade à volta da escola. No fundo tentar perceber que impactos sociais têm estas atividades na comunidade escolar, e que tipo de respostas podem dar em zonas problemáticas das cidades (bairros problemáticos);
- Realizar um estudo quantitativo e qualitativo para compreender de que forma o conceito da escola como laboratório da comunidade está a ser implementado na prática (compreender as suas dificuldades e as suas potencialidades na ligação próxima com a comunidade local, com as autarquias, com as famílias, com os jovens). Este modelo da escola como laboratório da comunidade pode ser uma peça fundamental na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais e na dinamização de uma economia verde e associativismo ambiental jovem.



Cultura, Inovação e Criatividade

Relator: Vitor Sérgio Ferreira (ICS-UL)

Peritos participantes: José Alberto Simões (CESNOVA/FCSH–UNL); Pedro Costa (DINAMIA’CET/ISCTE-IUL); Ricardo Campos (CEMRI-UAberta); Teresa Duarte Martinho (ICS–UL); Vera Borges (ICS–UL)

Apresentação

De acordo com a sua área de especialização e património de investigação nacional e internacional, o grupo de peritos participantes no *workshop* sobre Cultura, Inovação e Criatividade debateu tendências, experiências e condições de produção, formação e consumo em áreas culturais e criativas num sentido lato, tomando como referência central a diversidade dos seus públicos juvenis.

A juventude tem sido, de facto, o principal destinatário de iniciativas de “democratização da cultura” e de projetos de inclusão social por via das artes. Por outro lado, os “mundos das artes”, “da cultura” e “da criatividade” atraem cada vez mais jovens que alimentam o mercado cada vez mais diversificado de bens culturais, quer a nível da procura, quer da oferta.

Tal passa-se quer ao nível dos mundos das artes e indústrias criativas mais “consagradas”, quer ao nível dos mundos informais das “culturas de rua”, quer ainda nos contextos virtuais das “culturas digitais”. São mercados e áreas de atividade que tendem a chamar cada vez mais jovens a participar, quer enquanto consumidores, utilizadores ou públicos, quer enquanto produtores de bens culturais, alimentando expectativas sedutoras nos horizontes laborais de muitos.

A participação em diversos universos culturais, no sentido mais amplo do termo, tem impacte em diversas dimensões da vida dos jovens: desde a sua formação pessoal e social – promovendo a sua auto-estima pessoal e sentidos plurais de identidade social –, até à formação de competências várias, de natureza mais técnica (que podem tornar-se em competências profissionalizantes, por exemplo), social (valorização da prática de trabalho em equipa, por exemplo) e/ou pessoal (estímulo ao empreendedorismo, por exemplo). São também universos cujas práticas promovem o valor económico, social e cultural de determinados contextos sociais, sejam eles de natureza local, nacional, transnacional ou mesmo global.

Justifica-se, portanto, que a Cultura, no seu sentido mais amplo e plural, se constitua como área privilegiada de intervenção pública *com* os jovens, a qual exige, contudo, um conhecimento fundamentado das realidades que a constituem

Na esfera da “cultura consagrada”

Em termos de **formação artística**, Portugal tem sido marcado: por um lado, pelo crescimento e diversificação da oferta de ensino artístico no ensino superior e no secundário; por outro, pelo aparecimento de novos projetos de formação artística alternativos às escolas oficiais, tanto ao nível de escolas públicas, como de estruturas privadas de formação profissional.

Alguns estudos nacionais e internacionais mostram, contudo, o baixo poder explicativo da formação formal para o sucesso profissional das carreiras dos jovens nas artes e na cultura. A certificação formal não é, neste campo, condição necessária para o acesso e reconhecimento do estatuto de criador. Isso não significa, contudo, a irrelevância da formação formal, na medida em que esta permite uma polivalência de saberes e competências que permite aos jovens tentar a sua inserção em diferentes segmentos do mercado de trabalho cultural, tendo efeitos muito positivos na probabilidade deles fazerem a transição para outras atividades profissionais que não apenas as da criação.

Ao mesmo tempo, estudos nacionais e internacionais mostram que as “vocações artísticas” são fortemente amplificadas por mecanismos de aprendizagem informal, muitas vezes marcados pela transmissão intergeracional de conhecimentos (técnicos, estéticos e éticos) e de reconhecimentos (sociais e simbólicos). São aprendizagens realizadas no interior de grupos mais formais ou informais (de amigos, de grupos amadores, de associações e coletividades, etc), marcadas pela modalidade formativa do “aprender fazendo”.

A acumulação deste tipo de experiências artísticas profissionalizantes durante o período de estudos revela-se, esse sim, um fator central no sucesso de carreiras emergentes. A investigação demonstra que quanto mais experiências formativas em contexto profissional os jovens adquirirem, maior a probabilidade de se integrarem e persistirem no mercado cultural como artistas, de trabalharem por períodos de tempo mais alargados, de obterem rendimentos mais elevados e de não pensarem em abandonar a profissão. Esse tipo de experiência acumulada funciona também como plataforma de acumulação de capital social, fundamental nestes campos, no sentido em que proporciona fazer contactos, manter redes de relações e aceder a fontes de informação privilegiadas sobre trabalhos e projetos.

Em termos de **formas de profissionalização e de exercício profissional**, é de notar que a expressão das “vocações artísticas” e a atração exercida por formações e profissões ligadas à cultura e às áreas criativas são cada vez mais significativas entre os sectores juvenis. No entanto, considerando que são mercados de trabalho muito restritos, sobretudo nos seus segmentos de criação, nem todos os jovens formados nessas áreas conseguem aceder ao estatuto de criador, originando-se fenómenos de forte tensão entre “vocação” e o exercício destas profissões: “muitos são os chamados mas poucos são os escolhidos”.

Tendem, contudo, a não desistir facilmente da sua “vocação” e dos seus “sonhos”. Estudos nacionais demonstram que a persistência/resiliência dos jovens são uma das características principais da sua atuação nos sectores de atividade mais criativos. A sua manutenção nestes mercados de trabalho é, porém, conseguida através de originais articulações - sucessivas e/ou acumuladas - de atividades criativas e de modalidades contratuais diversas (“recibos verdes”, “trabalho por projeto”, voluntariado, estágios profissionais, bolsas, etc.).

A este respeito, é de notar a necessidade de conhecer mais aprofunda e extensivamente as experiências de integração e permanência laboral dos jovens profissionais da cultura, e os seus respectivos impactos nas transições para a vida ativa e para a vida adulta. Particular atenção deve ser dada ao conhecimento sobre os efeitos das “experiências” enquadradas por formas de emprego que não são declaradas como tal, mas que constituem o emprego possível (bolseiros, estagiários, voluntários, etc.), na medida em que estas, ultimamente, têm tido um crescimento significativo na admissão de trabalhadores mais novos em instituições culturais, públicas e privadas. Interessa, portanto, conhecer a extensividade destas situações, compreender o lugar deste tipo de experiência na estruturação dos percursos de profissionalização, e identificar os impactos destas situações nas transições de vida dos jovens que a elas estão sujeitos.

Considerando a atual relevância da **mobilidade e internacionalização** na estruturação de carreiras artísticas e criativas, bem como na construção, visibilidade e projeção social das reputações de jovens emergentes, os estudos nacionais realizadas sobre mobilidade de artistas e outros profissionais da cultura têm realçado: i) a falta de mobilidade internacional de estudantes/formandos/profissionais; ii) o fraco grau de internacionalização das instituições e agentes culturais; iii) e a pouca importância atribuída pelas entidades culturais a estratégias proactivas de internacionalização.

Outros trabalhos, focando os circuitos de mobilidade em espaços internacionais, apontam ainda: i) a maior representação das artes performativas e das artes cénicas em circuitos de mobilidade internacional, questionando-se se tal significa que as indústrias culturais precisam menos da mobilidade ou conseguem criar mecanismos de mobilidade alternativos; ii) a insuficiência de apoios como condicionante da escolha dos destinos quer no espaço europeu quer no que se refere a países como o Brasil, Índia e China.

Apesar de haver já algum património acumulado de saber sobre mobilidade e internacionalização cultural dos profissionais em alguns sectores de atividade, identifica-se um enorme *deficit* de saber relativamente aos programas de mobilidade cultural e artística dos jovens e sobre o seu desejado e real impacto. Que projetos pessoais e profissionais se definem e, eventualmente, se reconstróem através deles? Que obstáculos se colocam e que vantagens se retiram ao nível do reconhecimento da obra e da reputação do jovem artista?

Na esfera das “culturas de rua”

Atualmente é impossível pensar a ação dos jovens na esfera da cultura sem considerar a relevância que determinados movimentos estéticos não-oficiais, alternativos, *underground*, ou até mesmo ilegais, assumem na inovação e renovação das linguagens criativas e da própria representação da Arte enquanto campo de produção cultural. A ampla expansão da *street-art* é um exemplo desta situação.

Há, de facto, expressões culturais criativas e inovadoras que não pertencem (ainda) ao universos das artes consagradas, e que são desenvolvidas no âmbito de grupos juvenis que se podem definir como pertencendo ao que se convencionou chamar **subculturas**: grupos que ocupam posições algo *subordinadas*, *subalternas* ou mesmo *subterrâneas* numa determinada sociedade. Através da música, da escrita, da pintura, da dança, do uso do corpo, dos visuais e de objetos vários, estes jovens constroem novas gramáticas expressivas que se encontram, muitas vezes, distantes dos saberes e das estéticas oficiais e legitimadas por uma série de instituições (públicas e privadas). Emergem, produzem-se e exibem-se “na rua”, por entre esquinas, arcadas e outros contextos informais de tantos bairros. A **cultura de rua** é, por isso, o berço de tantas destas expressões juvenis, sejam estas de natureza mais lúdica, estética ou política. A criatividade e a inovação que desponta destes contextos resulta, em grande medida, quer de uma gestão otimizada (e criativa) da escassez de recursos, quer de uma dinâmica de contestação e subversão do *status quo*. Por sua vez, a originalidade e inovação destas formas de expressão gera, muitas vezes, processos de apropriação por parte do mercado, das indústrias culturais e dos *media* (bem como de entidades públicas diversas), ávidos de renovação e de novas mercadorias capitalizáveis no mercado de bens simbólicos (como o exemplo do *hip-hop*).

Nesta perspectiva, essas manifestações juvenis funcionam, frequentemente, como **mecanismos de empoderamento e de inclusão social**. Por um lado, porque muitos jovens nelas encontram uma forma de se expressarem não apenas enquanto indivíduos, mas também enquanto membros de uma comunidade que, em certos casos, é alvo de estigma ou depreciação cultural (tome-se como exemplo o caso dos jovens afrodescendentes e do seu *rap* político), encontrando nessas formas culturais espaço para reivindicar e dar visibilidade a representações alternativas sobre as suas identidades e contextos de vida.

Por outro lado, essas produções estéticas e criativas correspondem também, muitas vezes, a **formas de manifestação política e de participação social** ao serviço de *políticas de identidade*, no sentido de expressar posições, de dar visibilidade a certas formas de existência, ou de reivindicar certos direitos. Num tempo de desencanto com a política tradicional e com os seus atores, a participação cívica e política passa cada vez

mais por novos circuitos de comunicação (os blogs, as redes sociais, os murais políticos, etc.), e mobiliza cada vez mais a recursos expressivos alternativos (os *stencil*, os *stickers*, os *samplings* musicais, etc.).

Esses recursos podem também funcionar como **recursos de inserção profissional**. Através destes circuitos alternativos, muitos jovens adquirem uma série de competências informais e não formais que resultam de um misto de formação autodidata e de socialização grupal. Falamos de competências técnicas (e tecnológicas), comunicacionais, relacionais e estéticas, que surgem à margem das instâncias oficiais de socialização artística, mas que podem proporcionar uma formação importante para o futuro profissional destes jovens (caso dos jovens *graffiti-writers* que se convertem em artistas plásticos, designers, ilustradores ou tatuadores, entre muitos outros exemplos). Com efeito, num contexto de alargamento de uma vasta indústria de consumos culturais especificamente dirigida a jovens e consumida pelos mesmos (ou por quem pretende aparentar-se como tal), a envolvimento juvenil em muitas destas práticas culturais começa por ser apenas lúdica, podendo, com o tempo, ser ponderada como possibilidade concreta de profissionalização.

Deve, por isso, ser prestada atenção ao potencial inovador destes circuitos culturais juvenis de rua, mais marginais e menos visíveis, os quais encerram, por vezes, um claro potencial de desenvolvimento de trajetórias profissionalizantes. Deve-se ainda analisar mais de perto os impactos que os programas de inclusão social com recurso à arte têm tido nas vidas dos seus participantes.

Na esfera das “culturas digitais”

O papel dos “*novos media*” e das tecnologias de comunicação e informação tem sido central na produção e reprodução, à escala globalizada, de diferentes culturas juvenis. A utilização da internet e a criação de circuitos digitais como **forma de participação e divulgação de atividades criativas** de vários grupos de jovens tem estado no centro da pesquisa sociológica mais recente, nacional e internacional.

A sua problematização tem sido particularmente significativa num contexto em que a tradicional relação de poder entre os *media* e o seu público (assente num modelo de difusão, centralizado e unidirecional) é posta em causa por práticas que se constituem cada vez mais à margem da iniciativa e regulação dos primeiros, apoiando-se, para o efeito, na disponibilidade, descentralização e interatividade proporcionada por diferentes dispositivos de comunicação.

Aqui, tem-se contado bastante com a contribuição dos próprios jovens, através da produção de canais próprios e alternativos, onde vêm a assumir-se como protagonistas. Vários discursos, vozes e imagens emergem com sentidos diversos, muitos deles dissonantes, o que dá conta da própria heterogeneidade da categoria “juventude”.

Há que considerar, contudo, que se é verdade que as tecnologias de comunicação atuais, sobretudo as plataformas existentes *online*, se podem constituir como instrumentos e recursos para a participação e a criatividade juvenil, é também verdade que não deixam de contribuir para a profusão conteúdos com um alcance limitado ou voltados para as idiosincrasias de cada um.

Há uma tensão entre o que são os *usos mais individualizados* das TIC, onde cada um parece ser o centro (ou nóculo) de uma rede, e os seus *usos mais coletivos*, onde diferentes formas de partilha parecem ser o propósito de grupos que se constituem em torno de interesses comuns. Não obstante, várias formas de participação pública e criação cultural têm emergido (tanto individual como colectivamente) através de diferentes plataformas e circuitos *online*, merecendo por isso atenção.

Destaque-se que em Portugal, no caso específico da internet, muito se conhece sobre os seus acessos e usos gerais, mas existe ainda um longo caminho por explorar no que toca às suas utilizações mais específicas, em contextos particulares, ou que vão para além da simples descrição genérica de atividades (presente na maioria dos inquéritos quantitativos).

Este tipo de conhecimento é fundamental na medida em que, no caso específico de iniciativas que envolvem tecnologias de informação e comunicação, o otimismo com que as mesmas tendem a ser encaradas em diferentes programas e medidas institucionais, sobrepõe-se por vezes à observação objetiva dos impactos das mesmas ou, mais do que isso, ao exame crítico das suas consequências. Com efeito, a retórica que envolve a “sociedade de informação” e adoção de tecnologia, tende a sobrepor-se à adequação das iniciativas em relação a determinados públicos-alvo.

Recomendações

Considerando o estado da arte relativos aos saberes acumulados pelas ciências sociais no âmbito das áreas culturais elencadas, o grupo de peritos recomenda / sugere a necessidade de:

Promover a formação artística formal, informal e integrada:

- É importante uma atuação política que vise a promoção de comportamentos criativos entre os jovens, mas ancorada numa perspectiva integrada entre produção e consumo cultural. Isto por que no quadro atual esta distinção, tal como a distinção entre trabalho/lazer, é muitas vezes fluída, fazendo cada vez menos sentido em muitas destas atividades;
- As formas de autoconhecimento e de evolução pessoal que os jovens valorizam no exercício de atividades artísticas leva-nos a sugerir que se continue a apostar nestas áreas ao nível do ensino em geral, não apenas com um intuito profissionalizante e de empregabilidade, mas também como forma de aumentar a auto-estima e confiança dos jovens, sentidos plurais de identidade, bem como de promover a formação de novos públicos mais competentes;
- A promoção da modalidade de aprendizagem “aprender-fazendo”, por forma a gerar competências transversais e experiências múltiplas, durante a formação inicial dos jovens, é também importante para uma articulação mais profícua com diversos mercados de trabalho cultural, e como forma de transmissão intergeracional de competências estéticas, técnicas e éticas;
- As ações de formação e de inclusão pela arte devem ser mantidas e reforçadas, nomeadamente em contextos territoriais considerados problemáticos, pois em muitas circunstâncias têm-se revelado de enorme importância para a auto-estima de muitos jovens em situação de exclusão, promovendo, ainda, a aquisição de uma série de competências não apenas de ordem técnica, mas de natureza social que podem ser profissionalmente capitalizadas.

Promover formas de profissionalização e de exercício profissional que evitem a cristalização de transições precárias:

- Há que potencializar a atração dos jovens pela produção cultural e criativa, e valorizar a ligação profissional dos jovens à cultura sem, contudo, esquecer as tensões do binómio vocação/profissão e a crescente, eventualmente excessiva, valorização do trabalhador cultural como “empresário de si”;
- O aproveitamento do voluntarismo e do dinamismo característicos dos estratos mais jovens não deve resultar na cristalização da precarização da relação laboral e no aprofundamento das desigualdades no mercado de trabalho. Deve ser evitada a sucessão de “experiências” de trabalho através de modalidades não remuneradas de contratação e da generalização do trabalho “voluntário”. Isto porque são situações que, quando continuadas no tempo, para além de precarizar as transições para a vida adulta quando se cristalizam no percurso profissional do jovem, também aprofundam as dualidades intergeracionais no respectivo mercado de trabalho e ampliam as dificuldades de

progressão na carreira. O trabalho voluntário e “à experiência” deve ser entendido como “ir aos treinos”, e não funcionar como um modo de vida permanente.

Promover a visibilidade e mobilidade de jovens criadores:

- Tem havido a tendência para o incremento de iniciativas vocacionadas para distinguir o trabalho de artistas emergentes, como os prémios instituídos por entidades do sector privado. Neste contexto, é importante reforçar o papel dos poderes públicos na produção e legitimação das reputações dos criadores mais jovens e inovadores, seja pela promoção, difusão e aquisição da sua obra para coleções públicas, seja através do apoio à sua internacionalização e mobilidade internacional;
- Os apoios estatais devem ainda estar abertos a propostas artísticas e culturais de natureza inovadora, experimental emarginal, e não apenas àquelas que se enquadram nas categorias mais convencionais e legitimadas pelos *media* e pelo mercado artístico. Há que considerar que os próprios critérios de definição dos objetos e práticas artísticas e culturais associados a diversas manifestações de criatividade juvenil, tendem a divergir das (e em muitos casos desafiar as) categoriais oficiais ou instituídas. O que se pode traduzir, em compensação, na criação de canais próprios de consumo, produção e divulgação para os produtos criados, alguns com um carácter alternativo, subversivo ou até mesmo ilegal;
- Deve, portanto, ser prestada maior atenção aos circuitos culturais mais marginais e menos visíveis, os quais encerram muitas vezes um claro potencial quer para o desenvolvimento de trajetórias de profissionalização, quer para o desenvolvimento de formas de participação cívica, quer ainda para a construção de novos campos de produção/consumo cultural. Devem igualmente ser canalizadas verbas, recursos e apoios para projetos mais periféricos e com elevado potencial, dando aos seus criadores oportunidade de visibilidade e de mobilidade nacional e internacional iguais às que têm os que se enquadram nas categorias mais estabelecidas e institucionais da produção artística e cultural.

Promover políticas a partir de baixo:

- Recomenda-se vivamente que se considere de forma cautelosa a relação entre as políticas públicas dirigidas aos jovens na sua generalidade, e os contextos sociais e culturais onde as mesmas serão adotadas, no sentido de adequar programas e medidas em diferentes áreas aos seus públicos e contextos particulares. Várias iniciativas institucionais, apesar de possuírem intenções meritórias, não deixam de ser concebidas *top down*, podendo revelar-se por isso desajustadas e ineficazes. O que é reforçado pelo facto de várias práticas juvenis se constituírem em oposição (ou pelo menos de forma ambivalente) em relação aos canais e entidades oficiais;
- Assim sendo, de forma a evitar a generalização de "receitas" pré-determinadas em termos da atuação pública, há que privilegiar um modelo de atuação política desenhada em concreto e pensada em conjunto com os atores específicos envolvidos nessa situação. Para tal, há que conhecer aprofundadamente e ter atenção às especificidades das dinâmicas de territorialização da governança criativa (e que vão muito além das políticas públicas), da produção e oferta cultural e dos respectivos públicos, bem como as assimetrias territoriais no acesso às práticas e recursos culturais e criativos por parte dos jovens (tanto do lado da oferta como da procura);
- Qualquer tipo de política sustentada de apoio às atividades criativas juvenis deve passar por uma articulação com os atores locais, nomeadamente com as autarquias, as associações e os grupos informais a atuar no terreno. É produtivo investir de forma descentralizada e cirúrgica em áreas particulares no sentido de criar/apoiar o desenvolvimento de determinados projetos e/ou

infraestruturas de pequena dimensão¹, de acordo com determinadas estratégias que apoiem formas contextualizadas de empreendedorismo cultural jovem.²

- Para além da aposta em projetos de pequena escala, devem ser pensados projetos que possam ser articulados com processos de requalificação e revitalização económica e demográfica de determinadas áreas mais degradadas, ou de determinados edifícios (como, por exemplo, antigas fábricas e oficinas que há nas cidades, muitas vezes desativadas). Proporcionar a disponibilização de *spots* e/ou de *nichos criativos* em determinados espaços públicos como locais de trabalho de artistas e/ou equipas de profissionais da cultura, nacionais e internacionais, pode ser o caso. Deste modo, mais uma vez aqui a importância dos poderes locais é fundamental para a promoção destas iniciativas.

Desburocratizar os processos de atribuição de recursos e apoios:

- Através de uma intervenção política desenhada a partir de baixo, deverão também ser promovidas formas mais flexíveis de afetação de recursos, e de desburocratização dos processos que tantas vezes geram obstáculos à realização de iniciativas que escapam a modelos mais convencionais. As dinâmicas de informalidade são essenciais para a sobrevivência (e mera ocorrência) de muitas atividades criativas dos mais jovens, o que passará por uma menor institucionalização e por uma certa transigência na aplicação das regulamentações ou condicionantes normativas que enformam o exercício desses agentes.³ Essa transigência por parte dos reguladores a alguns aspetos formais pode ser fulcral para que a dinâmica e seu conteúdo criativo se possam verificar em determinados contextos juvenis. Se se institucionalizar em demasia, as condições para que essa dinâmica ocorra podem correr o risco de desaparecer. Importa, portanto, ser flexível e não correr o risco de institucionalizar em demasia certos processos e práticas, sob pena de fazer gorar iniciativas e dinâmicas criativas emergentes.

Promover a transversalidade inter-sectorial e a articulação inter-escala:

- Parece-nos recomendável tratar as áreas da Cultura, Criatividade e Inovação dos jovens de forma transversal e articulada entre as várias tutelas políticas dos sectores que com elas se relacionam diretamente. Desenvolver e manter uma interlocução regular e próxima da Secretaria de Estado do Desporto e Juventude (SEDJ) com as tutelas de sectores como os da Cultura, dos Negócios Estrangeiros, da Economia, do Emprego, da Segurança Social, do desenvolvimento e reabilitação urbana; mas também articular a sua ação a um nível inter-escala, com o poder local e metropolitano, com associações culturais e de promoção económica das localidades, das regiões e do país. Isto no sentido de preparar intervenções concertadas quanto às medidas e aos instrumentos criados, de modo a que a experiência e o conhecimento de uns reverta para outros, a quem esse conhecimento é também, de algum modo, útil.

Promover o conhecimento sistemático e a avaliação de programas/projetos/medidas:

- Por fim, parece-nos fundamental e necessária uma cultura de conhecimento, de monitorização e de avaliação sistemática dos vários programas, projetos ou iniciativas de que a tutela da Secretaria de

¹ Como é, por exemplo, o caso do estúdio de som instalado no bairro da Cova da Moura que tem sido amplamente utilizado pelos jovens para a produção de CDs de música rap, e para a afirmação de jovens músicos.

² Como exemplo de iniciativas em bairros críticos, focadas na transversalidade e no desenho de políticas adaptadas à realidade local e às racionalidades dos respetivos agentes envolvidos, considere-se a atuação do Centro de Experimentação Artística do Vale da Amoreira.

³ Por exemplo, na aplicação das regras que enformam a utilização de espaços devolutos ou abandonados de forma a que estes possam ser transformados em palcos de dinâmicas de criatividade. Ou na aplicação das condições para o licenciamento de determinada atividade criativa, por exemplo.

Estado do Desporto e da Juventude é promotora ou em que se constitui como parceira – e são múltiplas as iniciativas em que participa empreendidas pela SEDJ;

- Considerando que a SEDJ tem vindo a apoiar programas, projetos e iniciativas como promotora, como parceira ou como responsável pela gestão a nível nacional e regional, é importante fazer uma cartografia dessas intervenções tendo em conta a expressão das suas parcerias com o sector público, terceiro sector e sector privado, e promover a existência de uma linha de acompanhamento e monitorização regular dos impactes dessas iniciativas, por via de análises longitudinais e periódicas, permitindo detectar tendências evolutivas e ter visões mais abrangentes.;
- Deste modo, poderão ser conhecidas experiências concretas e valorizadas as boas práticas, considerando as suas consequências e impactes reais nas vidas e transições juvenis, conhecimento que decerto ajudará a (re)desenhar futuras atuações e a (re)construir políticas públicas em consonância com indicadores reais, e não com discursos demagógicos ou convicções meramente ideológicas.



Desigualdades e inclusão social

Relatora: Ana Nunes de Almeida (ICS- UL)

Peritos participantes: Fátima Forreta (ME), Renato do Carmo (CIES/ISCTE-IUL) e Sónia Caridade (Univ. Fernando Pessoa)

Apresentação

A condição juvenil, em Portugal e na Europa, está longe de ser uma realidade uniforme ou plana. Sob uma mesma categoria aglutinadora, estende-se uma paisagem marcada por notáveis sinais de diversidade. Agir no terreno implica portanto conhecer a “regra” e a regularidade que parecem construir uma imagem una, mas conhecer também os recantos e os contextos particulares que delas destoam. Do ponto de vista do conhecimento sociológico, existem instrumentos de investigação que se adequam a um e outro olhar e constituem um precioso auxílio para a tomada de decisão. No caso do estudo das “desigualdades” é importante o cruzamento de metodologias que capturem e expliquem as grandes tendências estruturais, no momento presente e ao longo do tempo, com metodologias que permitam retratar e compreender os comportamentos e as representações dos jovens que são os protagonistas destas situações macro.

No workshop foram abordados três situações que introduzem questões de desigualdade e diversidade na condição juvenil e que reclamam uma urgente atenção e acompanhamento por parte dos poderes públicos:

- as situações laborais precárias, analisadas a partir das contratações a termo certo, do trabalho “a recibo verde”(que parece constituir uma especificidade portuguesa no contexto europeu) – traduzidas em baixos salários, vividas sob a ameaça do desemprego e gerando situações muito problemáticas no contexto circunscrito das famílias desses jovens, na gestão das relações entre gerações ou na construção de expectativas de futuro;
- a violência nas relações íntimas, amorosas dos jovens, com incidência, modalidades e contornos que podemos considerar, em alguns meios de estudantes, raparigas e rapazes (por exemplo do ensino superior e secundário), “alarmantes”. Se os estudos internacionais já o haviam demonstrado, os dados que começam a surgir sobre Portugal vêm revelar uma realidade semelhante;
- as condições de vida dos jovens com deficiência, incluindo-se nesta categoria a diversidade de incapacidades duradouras físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais, fortemente discriminados em Portugal nos apoios (escolar, acompanhamento vocacional, inserção no mercado de trabalho) que lhes permitam um acesso a uma cidadania digna.

Alguns números e factos a reter:

O Eurostat (através do *Labour Survey*) indica-nos que as formas de trabalho a termo certo registam dos valores mais altos em Portugal, no contexto da UE27: 23% no total da população activa; esse valor sobe para 55% na faixa etária dos 15-24 anos. Portugal pertence (com a Espanha e a Polónia) ao grupo da frente, no que respeita a este indicador; com níveis mínimos encontramos países do leste Europeu (Bulgária, Estónia, Lituânia e Roménia, com % inferiores 15%).

Os dados do GEP/MSST revelam um acentuado crescimento dessa forma de precariedade entre 2000 e 2009 para os trabalhadores por contra de outrem do sector privado entre 15-34 anos: de 26 para 38%. A mesma fonte assinala, para a mesma população com “contrato a termo”, uma clara vantagem, em termos remuneratórios, dos trabalhadores com um diploma de ensino superior sobre aqueles com nível mais baixo de escolaridade.

Numa investigação recente com uma amostra de 4600 jovens do ensino superior e secundário, de várias regiões do País, pode apurar-se que “25.4% dos jovens relataram ter sido vítimas de pelo menos um acto abusivo durante o último ano e 30.6% admitiu ter adoptado este tipo de condutas em relação ao seu parceiro”. Os abusos emocionais são mais frequentes que os físicos. Em analogia com outros estudos internacionais e mesmo nacionais, estes actos de violência envolvem, maioritariamente, comportamentos de menor gravidade, como: insultos, gritos, ameaças, bofetadas ou empurrões.. Não obstante, comportamentos mais graves como “actos sexuais contra a vontade”, “murros”, “pontapés” ou “cabeçadas”, entre outros, também estão também presentes, com percentagens que podem variar entre os 0.9% e os 2.8%.

De acordo com Censos 2014, cerca de 37% da população com deficiência ou não sabia ler nem escrever ou, sabendo ler, não possuía qualquer grau de ensino, registando-se uma taxa de analfabetismo superior à restante população e mais evidente no sexo feminino (17,9% nos homens e 28,8% nas mulheres). Os estudantes com deficiência que acedem ao ensino superior constituem uma minoria de entre a população com deficiência. São sobretudo jovens com deficiências sensoriais (visual ou auditiva) e motoras e apresentam uma elevada taxa de desistência desse nível de ensino.

Cerca de 90 % da população com deficiência, com idade superior a 15 anos, não vive de rendimentos do trabalho (INE, 2001), sendo a sua sobrevivência assegurada por pensões e reformas (74,1%) ou vivendo a cargo da família (15,8%). Considerando apenas o conjunto da população activa, a maior parte de pessoas do sexo masculino exercia a sua actividade nos grupos socioeconómicos dos “operários qualificados e semi-qualificados”, enquanto as mulheres desempenhavam a sua actividade no grupo dos “empregados administrativos, do comércio e serviços”.

As pessoas com deficiência em idade de trabalhar apresentam baixas taxas de empregabilidade (ONU, 2011). A taxa de empregabilidade varia de acordo com a tipologia da deficiência, sendo menor para indivíduos com deficiências intelectuais.

Recomendações

Da discussão havida retiraram-se algumas recomendações:

- É fundamental apoiar, prosseguir estudos que permitam medir, caracterizar estas condições juvenis “à margem”. Apenas dispomos de ensaios exploratórios, retratos parcelares e incompletos – não

raro baseados em amostragens estatisticamente não representativas. São raras as análises u comparativas no tempo, entre classes sociais ou regiões do País, ou ainda que situem Portugal no contexto da EU. O próprio aparelho estatístico nacional parece passar ao lado destas realidades que nele são ora omissas, ou desactualizadas, não recolhidas com a periodicidade que se impunha;

- É muito importante haver consenso sobre conceitos, categorias ou designações. Apesar de os textos das convenções internacionais de referência apontarem para *definições* generalistas, é crucial que os poderes públicos e os investigadores se entendam sobre os significados de palavras que demasiadas vezes são usadas de forma ambígua e contraditória - “precariedade laboral”, “violência” nas relações íntimas ou “deficiência”. Harmonizar tipologias estatísticas é uma urgência. Sem essa explicitação clara e rigorosa não se obtêm indicadores que contabilizem e deem um retrato fidedigno da realidade;
- Do ponto de vista da prevenção de comportamentos de risco e da necessidade de trazer estes temas (quase sempre vividos em sofrimento na esfera privada e individual) para o espaço público, é importante considerar os jovens como parceiros de primeira linha na discussão e abordagem de tais problemas. Dar-lhes voz em matérias tão sensíveis (para a sua identidade, para o seu bem estar e futuro) é uma condição sine qua non para uma intervenção eficaz.



Educação e Formação

Relatora: Maria Manuel Vieira (ICS-UL)

Peritos participantes: João Sebastião (ISCTE-IUL), João Teixeira Lopes (FLUP), José Resende (FCSH-UNL), Teresa Seabra (ISCTE-IUL)

Apresentação

Pode-se afirmar que hoje que a escolarização constitui dimensão central das biografias adolescentes e juvenis. De facto, nas sociedades ocidentais a escola afirma-se como *norma única* de educação e formação das crianças e jovens – de tal forma que facilmente se subscreve a afirmação de que “já não há mais lugar para um jovem, a não ser na escola”.

Entre nós, e apesar dos conhecidos atrasos no processo de qualificação escolar da população portuguesa, os progressos a este respeito conseguidos junto da população juvenil são inequívocos: em 2010, 100% dos jovens entre os 6 e os 16 anos, mais de 90% dos jovens de 17 anos e, respectivamente, 72%, 60% e 53% dos jovens com 18, 19 e 20 anos encontram-se a frequentar o sistema educativo (CNE, 2011).

Tal não significa, porém, que as desigualdades que no passado pautavam a relação dos jovens portugueses com a escolaridade se tenham dissipado – eliminadas as desigualdades de acesso ao sistema de ensino, novas formas de diferenciação ocorrem agora já no interior do próprio sistema: os problemas do insucesso e do abandono escolar persistem, embora assumindo outras configurações; as questões que se colocam hoje no espaço escolar dada a diversidade acrescida dos públicos não deixam de colocar novos desafios à construção de uma cidadania comum. Em suma, apesar da experiência generalizada da escolaridade, a diversidade das condições em que ela é vivida não deixa de produzir juventude(s) plurais.

Com vista a cobrir tanto quanto possível estas questões, o painel “Educação e formação” reuniu peritos na área das desigualdades escolares, da construção da cidadania na escola, da escolarização das minorias e das trajetórias juvenis no ensino superior que, após reflexão sobre os saberes e lacunas nestes domínios, formulou um conjunto de sugestões/recomendações para a ação política que a seguir se elencam.

No que diz respeito à **Educação/Formação e Desigualdades**, em geral, foram sublinhados os seguintes pontos:

- O contexto social recente, caracterizado pelo tendencial aumento das desigualdades (à escala global, nacional e local) e por uma relação cada vez mais problemática com o emprego, particularmente

acentuada no caso dos jovens, tem impactos profundos na vivência da condição juvenil – e na relação estabelecida com a escolaridade;

- O aumento da escolaridade obrigatória para 18 anos vai confrontar o espaço escolar com novos desafios. O maior dos quais é, sem dúvida, o da construção de projectos de vida para todos aqueles que o frequentam, mesmo para aqueles que hoje estão à margem da escola e protagonizam comportamentos de risco (nomeadamente, de criminalidade);
- A centração no desempenho cognitivo (resultados) como finalidade da acção escolar, sem atenção aos processos, potencia o agravamento das desigualdades na escola: a ênfase na individualização dos problemas de aprendizagem pode justificar a dispensa de instrumentos de compensação pedagógica (apoios educativos) e determinar uma seriação precoce dos alunos por vias escolares distintas (académica x profissionalizante), cristalizando assim as suas oportunidades escolares;
- A informação atualizada é instrumento de monitorização fundamental para elaborar diagnósticos tão rigorosos quanto possíveis de uma realidade particularmente movente.

No que concerne às questões que coloca(m) a(s) **juventude(s) na escola**, foram particularmente identificadas algumas dinâmicas recentes que afectam as vivências em espaço escolar

- As dinâmicas demográficas, com a quebra acentuada da natalidade, têm repercussões inéditas no sistema escolar – fecho de instituições / ofertas de cursos por ausência de alunos suficientes, o que obriga, em alguns contextos rurais, a uma deslocação territorial pendular de jovens; e provoca, em alguns contextos urbanos, a criação de um quase “mercado escolar”, com concorrência entre escolas pela captação dos (melhores) alunos, o que poderá acentuar a diferenciação/guetização escolar.
- A escola é um espaço político – no sentido em que é uma arena pública – no qual as crianças e jovens se defrontam pela primeira vez com o “outro”, com o “estranho”. Num contexto de diferenciação acrescida de públicos escolares, a escola como espaço de socialização política, de construção de uma ordem comum e de preparação do jovem para agir no espaço público representa uma dimensão decisiva do seu funcionamento;
- Estamos a assistir, nos últimos anos, a um período de transição de uma política educativa fortemente centralizada no Estado para uma política de descentralização /desconcentração de responsabilidades que passa a escola a ter de administrar. Esta (nova) modalidade de regulação de “proximidade” potencia a emergência de disputas (as diferentes (des)ordens escolares adquirem mais visibilidade) e reforça a necessidade da procura constante de acordos (ou seja, composições de ordem, mesmo que provisórias e denunciáveis) à escala local entre os atores (diretores, professores, funcionários, famílias, autarquias e alunos), o que requer um maior envolvimento/ participação de todos para que o sistema funcione a partir do local;
- Este contexto de proximidade, aliado a um maior protagonismo e expressão das culturas juvenis no espaço escolar, faz emergir tensões e disputas em torno do reconhecimento de direitos (independentemente da condição estatutária possuída). Os jovens alunos são particularmente sensíveis às questões de justiça escolar administradas no quotidiano pelo mundo adulto e a forma como elas são dirimidas revelam-se cruciais na adesão à escolaridade.

Estas questões estão igualmente presentes no caso das **minorias**. Sobre elas a pesquisa apresenta alguns dados robustos, mas identificam-se também algumas lacunas:

- A experiência educativa (familiar e escolar) das minorias (étnicas e sociais) varia tanto com a condição social (classe social de origem) como com a origem nacional: estes dois eixos complementam-se e influenciam-se mutuamente;
- A etnicidade produz efeitos específicos a nível da integração escolar e social – a experiência joga-se na interação entre os diferentes grupos que provém da imigração, por uma lado, e a sociedade de acolhimento, por outro: são tão importantes quer os “modos de incorporação”, ou seja, as condições de receção e enquadramento que a sociedade de acolhimento oferece aos imigrantes; como também

as “forças comunitárias”, ou seja, a forma como as próprias minorias étnicas interpretam e respondem ao tratamento que as sociedades de acolhimento dão aos diferentes grupos. Ex: o mesmo ato discriminatório terá respostas diferentes das diferentes minorias de acordo com as relações históricas (de presença ou ausência) de dominação/subordinação estabelecidas com a sociedade de acolhimento e a necessidade de afirmação da comunidade em causa.

No que se refere à **experiência educativa escolar**, dispõe-se de mais conhecimento acumulado:

- Em termos genéricos, os alunos com origem imigrante experimentam mais frequentemente o insucesso escolar. No entanto, a diferença de resultados atenua-se fortemente quando se consideram as condições sociais das famílias (é nos alunos com origens mais desfavorecidas que a diferença entre imigrantes e não imigrantes é menor);
- Analisando-se de forma mais fina, verifica-se que há grupos específicos com desempenho académico tendencialmente acima dos autóctones; e outros revelam uma situação oposta, mesmo quando têm idêntica condição social;
- Por sua vez, o sucesso escolar é maior quando estes jovens alunos estabelecem uma relação mais positiva com as regras escolares e quando têm uma relação mais proactiva com a escola (ex: utilizam frequentemente os professores como recurso para tirar dúvidas).

No que se refere à **experiência educativa familiar**, há áreas que estão por conhecer. No entanto, sabe-se que há formas muito diferentes de as famílias imigrantes fazerem a sua educação familiar, uma vez que têm objetivos (educativos) diferentes à partida. Podem distinguir-se dois principais modelos:

- famílias focadas na integração social dos filhos na sociedade de acolhimento. Neste caso, o património cultural específico ancestral, de que são portadoras, tem uma importância residual e é muitas vezes relegado pelo receio de que possa gerar confusão identitária nos descendentes e constitua obstáculo à sua plena integração (nomeadamente escolar);
- famílias não apenas centradas na integração social na sociedade de acolhimento, mas também atentas à integração comunitária (na comunidade cultural de origem). A importância concedida à capacidade de os filhos poderem adaptar-se a diferentes contextos e culturas (socialização para a múltipla identidade e não para a identidade única), parece ter efeitos positivos no desempenho escolar – embora esta pista mereça mais estudos.

A entrada no ensino superior lança, por sua vez, novos desafios à vivência da condição estudantil por parte dos jovens – e dilata o próprio tempo do ser jovem. Nos últimos anos, de facto, mais jovens trilharam **trajectórias no ensino superior**, que se pautam por:

- Uma significativa generalização: tal como no resto do espaço europeu, sobe também entre nós a taxa de cobertura do ensino superior (jovens entre 18-24 anos) e essa presença revela-se academicamente mais bem sucedida - há um aumento da eficácia da diplomação e registam-se progressos inequívocos no que respeita ao sucesso /sobrevivência no ES;
- Uma significativa variabilidade, em função dos contextos institucionais: a taxa de sobrevivência é maior nas instituições do ensino não público do que no público; e, neste, o subsistema do politécnico apresenta piores taxas de sobrevivência do que as do subsistema universitário. Por sua vez, o tipo de dispositivos de enquadramento / suportes organizacionais e de práticas pedagógicas revelam-se factores decisivos no sucesso dos jovens estudantes;
- Uma significativa diversificação de origens sociais: os espaços e as experiências académicas revelam-se hoje mais plurais, com a entrada significativa de estudantes provenientes da pequena burguesia e, igualmente, do operariado. Tal não impede, porém, alguma segmentação/ concentração de perfis sociais e académicos específicos por áreas de estudo e por instituições;

- Uma significativa pluralidade, em termos de grau de investimento e de expectativas ambicionadas: a experiência estudantil no ensino superior não deixa de estar articulada com outras esferas da vida e de investimento pessoal, cujas complexas combinatórias e prioridades determinam trajetórias com múltiplas declinações (focadas, instáveis, interrompidas, reorientadas, etc.).

Recomendações

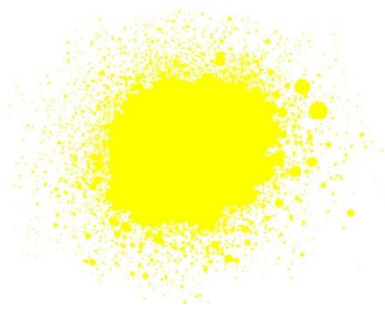
A partir deste conjunto de dados da pesquisa, os peritos sugerem:

Ao nível das políticas públicas

- Reconhecer os jovens como parceiros na formulação de políticas educativas e garantir que, a nível escolar, se consagre a dignidade dos seres por um tratamento equivalente como inquestionável princípio de cidadania comum;
- Clarificar os objetivos e finalidades atribuídas a uma escolaridade para todos – e à forma como lidar com a diversidade. Identificar múltiplas hierarquias de excelência - ampliadora das possibilidades de construção de projectos de vida e limitadora dos riscos de conflitualidade no espaço escolar, de sentimentos de não pertença e de exclusão;
- No que concerne o ensino pós-obrigatório, tendo em conta o grande número de estudantes que apresentam infleções, reorientações, flutuações vocacionais nas suas trajetórias, sugere-se a necessidade de ser (re)pensada a forma de acesso ao Ensino Superior. O *numerus clausus* – pelo menos tal como ele está concebido – fará hoje em dia sentido?
- Incrementar os instrumentos que promovam o acolhimento, o acompanhamento e a integração do jovem no espaço escolar – aos diferentes níveis do sistema. Neste caso, há domínios de ação que se podem desenvolver ao nível das variáveis alteráveis – ou seja, as que dizem respeito ao funcionamento organizacional;
- Articular transversalmente as políticas sectoriais (educação, planeamento e urbanismo, habitação, família, trabalho, imigração). Avançam-se alguns contributos concretos, no caso das populações estudantis oriundas de grupos minoritários (étnicos e sociais):
 - recomenda-se activamente a articulação das políticas de planeamento territorial com as políticas educativas, reconhecendo-se vantagens na dispersão territorial dos grupos sociais minoritários como forma de combater fenómenos de guetização (territorial e escolar) que complexificam os problemas da sua integração social. Em situações de guetização territorial instalada, propõe-se que a localização das escolas a frequentar por estes jovens se situe no exterior desse contexto social – para diluição dos potenciais efeitos de exclusão social que a guetização escolar comporta. O contacto com culturas e meios diferentes tem efeitos positivos – gera maior plasticidade socializadora e maior potencial de adaptação a diferentes contextos sociais.
- Sugerem-se políticas públicas mais ativas na promoção de condições favoráveis à conciliação família-trabalho: flexibilização/adaptação dos horários laborais aos horários extra-escolares dos filhos, para que pais possam ter condições de exercer vigilância sobre os filhos. Sabe-se que, mais do que o acompanhamento nos estudos, a presença regular de pais e/ou adultos tutelares e o seu controlo ativo sobre os filhos/educandos durante os tempos extra-escolares revelam-se fatores decisivos para a boa integração escolar.

Ao nível da atualização de diagnósticos e da avaliação das políticas

- Incrementar e ampliar a participação de Portugal em processos de avaliação/estudos comparativos internacionais sobre educação, para que se possa obter uma aferição permanentemente atualizada dos processos escolares;
- Construir e utilizar indicadores e instrumentos de recolha de dados mais sofisticados que permitam uma monitorização mais eficaz das trajetórias, processos e dinâmicas juvenis no espaço escolar. Lutar nas instâncias de produção estatística e de avaliação comparativas internacionais para que tal suceda;
- Produzir mais conhecimento acerca dos jovens que habitam a escola, particularmente os que mais dificuldades demonstram perante a escolaridade. Incontornável é o recurso a metodologias de maior proximidade, aprofundadas, que integrem a voz dos próprios sujeitos como forma de contrariar o adultocentrismo de que parecem padecer muitos dos diagnósticos *sobre* os jovens.



Emancipação Juvenil e Habitação

Relatora: Lia Pappámikail (ICS-UL e ESE-IPSantarém)

Peritos participantes: Magda Nico (CIES/ISCTE-IUL); Nuno de Almeida Alves (CIES/ISCTE-IUL); Sandra Marques Pereira (Dinâmia/ISCTE-IUL)

Apresentação

Na sessão que este relatório sumaria foram discutidos vários temas, tendo os seus participantes contribuído com a diversidade dos seus conhecimentos e competências para o conjunto de reflexões e recomendações que se seguem.

Para a compreensão da problemática da emancipação juvenil e habitação foi considerado fundamental sublinhar os seguintes aspetos:

Contrato social sob tensão: juventudes “em espera”

Discutir o estado e as condições da emancipação juvenil em Portugal é de vital importância, pois esta, se entendida como o processo global através do qual os jovens se tornam financeira e residencialmente independentes da sua família de origem, permite no limite o regular funcionamento do Estado Social preconizado pelas sociedades europeias.

Este modelo de Estado é assente num contrato social baseado na solidariedade intergeracional e no contributo que toda a população ativa está em condições de poder dar para a coesão e proteção social e para a sustentabilidade da segurança social. A camada mais jovem da população desempenha nestes processos um papel fundamental para a renovação dessa população ativa, indispensável à manutenção dos seus plenos funcionamentos.

Um elevado nível de **desemprego juvenil**, sem sinais de abrandamento, a par da crescente vulnerabilidade laboral a que os jovens estão especialmente sujeitos, constitui o sinal de alarme mais visível de uma tendência que, a longo prazo, pode acentuar as fissuras que se vêm instalando no edifício do Estado Social que nos define enquanto sociedade e enquanto coletivo. O alcance do defraudamento das legítimas expectativas de construção de uma trajetória de vida autónoma, passando pela realização na esfera profissional – ou pela simples possibilidade de participar no mercado de trabalho -; pela formação de uma família, com ou sem descendência; e pela experiência da independência residencial, é, pois, muito mais

profundo do que os sentimentos individuais de desilusão e ansiedade face ao futuro manifestados por muitos jovens portugueses “*em espera*” por um contexto mais favorável.

Os desafios colocados às políticas sociais, e em particular às de juventude, são, pois, no tempo em que vivemos especialmente complexos, em virtude dos **cenários em constante mutação que tornam os diagnósticos e prospectivas permanentemente desatualizados**. Ainda assim, o desígnio de tornar as políticas ajustadas à realidade sobre as quais pretendem intervir implica um esforço de adicionar aos objetivos políticos e morais, tantas vezes informados por convicções e impressões não fundamentadas, informação precisa acerca da situação social dos jovens portugueses, na sua imensa diversidade, sobre os quais muito falta saber. Entidades e organismos europeu reconhecem aliás cada vez mais a necessidade e a utilidade de recorrer ao conhecimento objetivo e aos dados de natureza estatística e outra, produzidos e analisados por cientistas sociais.

A imagem pública dos jovens e os equívocos que a alimentam: combater a desconfiança

Aos problemas objetivos que afetam os jovens portugueses contemporâneos, como o desemprego e a vulnerabilidade laboral, soma-se um **problema de reconhecimento público** que não raras vezes se insinua no discurso político e mediático através de um tom paternalista e condescendente dirigido aos jovens. Este tende a desvalorizar ora o contributo que esta camada etária da população está, por via da crescente escolarização e qualificação, mais de que nunca, em condições de dar à sociedade Portuguesa; ora os constrangimentos objetivos a essa mesma contribuição e participação social (no mercado de trabalho, no mercado de habitação, na constituição de família – com ou sem descendência, etc.).

Não é fenómeno novo nem exclusivo de Portugal, pelo contrário, mas o facto de certas transições, associadas tradicionalmente à condição adulta, acontecerem cada vez mais tarde no ciclo de vida, tem sido por muitos interpretado como um sintoma de decadência moral das gerações de jovens mais recentes, que apenas pretenderiam manter os níveis de conforto proporcionados pelas respetivas famílias. Ora os estudos indicam que não só os jovens portugueses não saem mais tarde do que os seus pares europeus que vivem em países cujos regimes de estado social são similares, como transições precoces e sincronizadas (emprego, saída de casa, conjugalidade) apenas foram norma por um período excecional de prosperidade vivido pela geração nascida no pós-guerra (babyboomers). Tais conclusões reforçam a importância que a moldura social, mais ou menos privilegiada, destes percursos individuais, tem na rapidez e facilidade em passar pelas várias transições para a vida adulta.

Adicionalmente, sabe-se que em contextos onde num período significativo de tempo se favoreceu, por complexas razões políticas, económicas e sociais, a propriedade por oposição ao arrendamento, a saída da casa familiar se faz, comparativamente, numa fase mais tardia do ciclo de vida, justamente, devido à escassez de oportunidades (e condições objetivas de acesso) a habitações transitórias, tal como acontece em alguns contextos europeus onde a mobilidade e a transição residencial dos jovens é fortemente apoiada através não só de um mercado de arrendamento preparado para os receber, como através de políticas sociais (dirigidas direta ou indiretamente aos jovens).

A triangulação dos processos de transição para a “vida adulta”: emprego, habitação e família

Na perspetiva das políticas públicas a emancipação juvenil não pode ser dissociada dos processos que a consubstanciam e das medidas a eles dirigidas. É, com efeito, na triangulação entre o que se passa no domínio do trabalho, em primeiro lugar, no domínio da família (de origem e de formação própria) e, finalmente, no território da habitação – cada domínio objeto de políticas sociais distintas e, não raras vezes, descoordenadas – que se forjam os modos como os jovens acedem (ou não) a um patamar de

independência e autonomia que a sociedade identifica como adulto, logo digno de respeito e reconhecimento.

Saliente-se que as esferas quer da família, quer da habitação serão sempre as variáveis dependentes desta triangulação, e o sucesso das políticas dirigidas à juventude nestes domínios estará sempre ancorado nas dinâmicas do mercado de trabalho, pelo que a coordenação e o ajustamento das políticas entre si deve tomar este facto em consideração.

É certo que os percursos de vida se fazem de decisões e escolhas individuais, orientadas por valores que se têm transformado no sentido da valorização crescente da realização de si, do hedonismo, da celebração da existência, mas são os **contextos** (de mais ou menos oportunidades e constrangimentos) que **determinam as possibilidades objetivas de os jovens fazerem os seus percursos**: em tempo de crise e privação acentuada, é expectável haver retardamentos nas transições que impliquem recursos financeiros, por ora escassos, sobretudo para aqueles que não podem usufruir de património familiar, por esta via reacentuando desigualdades sociais.

Não há neste domínio, porém, uma mudança de padrão, antes um agravamento das tendências que se vêm verificando nas últimas décadas, em que, por exemplo, o desemprego juvenil tem sido sempre o dobro do desemprego da população ativa em geral. Adicionalmente tem-se verificado uma redução acentuada dos jovens ativos, por via da sua crescente participação no domínio educativo, tendo a duração média da carreira escolar aumentado significativamente nas últimas décadas.

A vulnerabilidade das relações laborais: a qualidade do emprego em análise

A mera participação no mercado de trabalho, já de si difícil de aceder como revelam as tendências mais recentes no domínio do desemprego, não permite por si só capacitar o jovem para encetar um processo de emancipação. Tão difícil como aceder, parece ser permanecer.

Ainda que fundamentais, as políticas dirigidas à expansão quantitativa do emprego juvenil, nas quais as instâncias europeias e nacionais estão fortemente comprometidas, podem produzir efeitos a curto prazo ao nível da participação no mercado de consumo, sendo que efeitos ao nível da promoção da independência e autonomia decorrem mais frequentemente da **qualidade do emprego** obtido (natureza e duração do vínculo, remuneração, adequação à qualificação).

A flexibilização das relações laborais (contratação a termo, via empresas de trabalho temporário, bolsas não conducentes à obtenção de grau, falso trabalho independente, relações de trabalho não contratualizadas, estágios não remunerados) tem-se traduzido, no caso de uma proporção significativa de jovens portugueses, na crescente vulnerabilização da sua condição social, com impactos relevantes ao nível das possibilidades objetivas de autonomização da família de origem. Não só são os jovens os mais afetados pelo emprego atípico (a termo, part-time, etc.), como os seus empregos são pior remunerados.

Se a remuneração do trabalho é, expectavelmente, mais baixa no início do percurso profissional, o facto é que atualmente essas remunerações tenderem a permanecer baixas e a níveis que não permitem a muitos jovens de hoje aceder, sem apoios, aos patamares mínimos de acesso ao mercado habitacional, quer através da propriedade, quer do arrendamento, não obstante a existência de alguns instrumentos de apoio no caso deste último.

Pesquisas indicam, pois, que a vulnerabilização da condição social juvenil através da persistente precariedade das relações laborais a que conseguem efetivamente aceder tende a dar origem, independentemente do nível de qualificação do jovem, a complexas modalidades de semi-autonomia, em

que a independência residencial só é possível graças à participação de terceiros (os pais, na maioria dos casos) nos orçamentos familiares⁴.

Do lado da família verifica-se, por outro lado, que os fluxos de apoio familiar, em que uma fatia expressiva de jovens adultos portugueses se suporta – nomeadamente, estão seriamente ameaçados pelo desemprego e pela desqualificação do emprego e das remunerações que está a afetar, hoje mais do que nunca, todas as gerações.

Mais, é forçoso lembrar que os fluxos de apoio financeiro e instrumental não têm um só sentido e a (renovada) necessidade de participação dos jovens trabalhadores nos orçamentos familiares, fenómeno tradicional na sociedade portuguesa, pode, nas circunstâncias atuais, voltar a crescer. Se assim for, vêem-se ameaçados os progressos alcançados ao nível da duração média das carreiras escolares a montante, e dificultada, ainda mais autonomização residencial dos jovens adultos a jusante.

No plano da família de formação, os estudos indicam que para além da tendência para a informalização dos laços conjugais já sedimentada na sociedade portuguesa, os jovens continuam a ter a parentalidade como um importante objetivo de vida. A concretização dos seus objetivos (calendário e dimensão da descendência) é, todavia, afetada pela perceção das dificuldades e dos custos implicados o que não contribui para a diminuição das descendências únicas ou para o atenuar do adiamento sucessivo (que pode aliás redundar na ausência desta transição).

Transições residenciais: modos de habitar juvenis

Portugal tem hoje um território que concentra nas suas duas Áreas Metropolitanas praticamente 50% da população, muito especialmente a de Lisboa. Estes são, também, os territórios que têm mais oportunidades de estudo e trabalho sendo por isso os territórios mais atrativos para os jovens portugueses.

As pesquisas que analisam as **transições residenciais**, área, aliás, que carece de dados representativos a nível nacional, indicam que esta se faz, maioritariamente, em casal, sendo cada vez mais significativa a vivência a sós (ainda que dificultada, por seu turno, pelos baixos rendimentos médios dos jovens) ou em partilha.

Dados sobre o acesso ao Incentivo ao Arrendamento Jovem e ao Porta 65 demonstram que os jovens que saem por via do arrendamento e com apoio do estado para tal, tendem a conseguir sair de casa mais cedo e não necessariamente em contexto conjugal. Pistas oriundas da investigação sugerem, por seu turno, que encetar percursos migratórios (por razões de trabalho, estudo ou familiares) constitui um fator determinante na maior precocidade na saída de casa dos pais

Mais, o encurtamento da distância entre a localização da casa dos pais e a localização equacionada como a pretendida para a primeira casa, tende a aumentar o tempo de coabitação com os pais. Ou seja, a proximidade entre as duas tende a criar nos indivíduos expectativas maiores quanto ao carácter mais definitivo e menos transitório da primeira casa, facto que pode vir a ser alterado pelas atuais mudanças de contexto.

O equacionamento da transitoriedade habitacional, estando dependente de muitas outras variáveis como o tipo de agregado (os indivíduos sós têm uma propensão maior para o arrendamento) é, portanto, muito mais pacífico entre os indivíduos migrantes do que entre aqueles que se pretendem fixar definitivamente no território.

⁴ Alves, Nuno de Almeida, Frederico Cantante, Inês Baptista e Renato Miguel do Carmo (2011), *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, Quotidiano e Futuro*, Lisboa, Editora Mundos Sociais/CIES-IUL

Os modos de habitar juvenil são, pois, tão diversos quanto os diferentes podem ser os objetivos inerentes à transição residencial (migrações mais ou menos temporárias, formação de unidade conjugal, experiência de vivência a sós, partilha com terceiros, etc.).

Igualmente diversos são os perfis socioeconómicos dos jovens à partida. Os jovens não representam uma categoria socialmente homogénea, e todas as soluções, programas e políticas de apoio à autonomia residencial devem ter mecanismos de adequação das mesmas às situações socioeconómicas concretas do indivíduo jovem.

Recomendações

Face ao exposto os peritos recomendam que:

Haja mais e melhor comunicação:

- Entre entidades governativas com responsabilidade na elaboração de políticas na área do emprego, família e habitação, com vista à construção de soluções integradas para os problemas vividos pelos jovens adultos como um todo encadeado (difícil ou inexistente integração no mercado de trabalho dificulta a formação de família, a conclusão ou prolongamento dos estudos, a saída de casa dos pais, a decisão de ter filhos, o apoio à família de origem, etc.);
- Entre os cientistas sociais e os decisores políticos, para a promoção do que as entidades europeias chamam de “evidence-based policies”, baseadas em dados concretos e análises científicas;
- Sugere-se, pois, a criação de uma plataforma com representantes das várias instituições envolvidas, a reunir com uma regularidade pré-definida, com vista à articulação permanente das medidas a tomar e para a monitorização dos impactos recíprocos de medidas já tomadas.

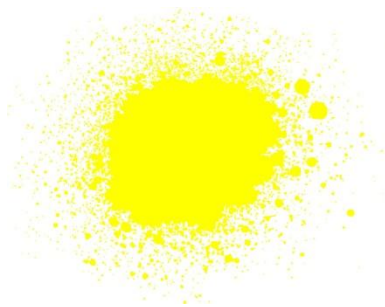
Se produza e dissemine mais e melhor informação, sugerindo os peritos que:

- Se faça um mapeamento regular da condição juvenil portuguesa, para aferição das reais condições de existência e residência, expectativas e atitudes dos jovens portugueses de hoje por forma a adequar as políticas sociais aos diferentes perfis dos jovens portugueses de hoje;
- Se criem indicadores nacionais, dotados de comparabilidade internacional, para monitorizar a situação dos jovens no mercado de trabalho, de forma a captar as situações emergentes, invisíveis aos atuais instrumentos de medição;
- Se faça um adequado diagnóstico da contratualização atípica, das suas causas e efeitos no trabalho, nas relações laborais e nas possibilidades de autonomização dos jovens trabalhadores;
- Se monitorize o impacto do cancelamento e/ou reestruturação de políticas de apoio ao arrendamento jovem como o anterior IAJ ou a Porta 65;
- Se monitorize o impacto da crise no seio das famílias, no que concerne aos seus efeitos nas trajetórias dos jovens dependentes das mesmas, conhecendo os diversos percursos de vida “interrompidos”/“alterados” por força destes novos constrangimentos “não previstos” (desemprego/redução de rendimento/ perda de casa/etc.);
- Se criem mecanismos para medir o “regresso a casa dos pais” e o fenómeno de “sem abrigo” entre os jovens, que tende a aumentar em momentos de profunda crise económica e de taxas de desemprego elevado;
- Se criem mecanismos para medir a relação entre a taxa de desemprego e a taxa de emigração entre a população jovem;
- Se faça um diagnóstico das condições habitacionais (diretas e indiretas) universitárias;

- Se averiguem os recursos disponíveis (“logísticos” e financeiros, programas comunitários, etc.) atualmente dispersos, promovendo a sua sinalização num diretório e encetando uma discussão com actores do sector com vista à criação de sinergias (IHRU, Banca, APL, Associação de Senhorios, AECOOPS, ANEOP, API, APEMIP, Autarquias, Cooperativas de Habitação, etc.);
- Se faça a sistematização e análise dos impactos dos programas nacionais autárquicos;
- Se proceda a uma análise comparativa de medidas de políticas públicas de habitação jovem realizada noutros países com vista à adoção de boas práticas.

Se construam e tomem medidas urgentes, catalisadoras e facilitadoras da emancipação juvenil, considerando relevante que:

- Se adotem medidas de valorização da imagem pública da juventude, no sentido de contrariar estereótipos e um certo pânico moral de que a juventude é vítima no espaço público;
- Se encontrem novos instrumentos de política de emprego para além dos tradicionais estágios profissionais e incentivos à contratação breve, com vista a otimizar os investimentos públicos para que tenham uma eficácia mais duradora;
- Se publicitem de forma mais eficaz os apoios já existentes (e outros que se venham a criar) menos conhecidos do grande público, quer a nível comunitário, quer a nível nacional, à criação de empresas e ao autoemprego. Sublinhe-se, ainda assim, que o enfoque no “empreendedorismo jovem” como solução para o desemprego juvenil esbarra no facto deste se dirigir especialmente ao grupo de jovens mais qualificados e preparados, permanecendo para os restantes as dificuldades estruturais de inserção profissional;
- Se acompanhem os programas políticos de estímulo ao emprego jovem (como o recentemente lançado Impulso Jovem) de instrumentos de acompanhamento e avaliação de impacto e eficácia, com vista a recolher contributos para o seu redesenho criativo;
- Se concentrem os apoios públicos (a nível local e nacional) no apoio ao arrendamento, capitalizando o parque habitacional disponível, ainda que não se devam esquecer importantes recursos de apoio à pedra e à propriedade; como a habitação a custos controlados e as cooperativas embora adequando as suas lógicas de funcionamento às condições atuais;
- Se estabeleçam pontes entre medidas políticas de estímulo ao emprego e de habitação, que favoreçam processos migratórios internos (“moving to opportunity”);
- Se criem mecanismos de apoio ao acesso à habitação da população mais jovem de amplo espectro, atendendo quer à diversidade de *modos de habitar juvenis* (estudantes universitários, jovem casal com ou sem filhos, pessoa só, agregados em partilha), quer à diversidade de perfis socioeconómicos dos jovens, garantindo a equidade social entre aqueles que pretendem/necessitem fazer transições residenciais.



Emprego e Empreendedorismo

Relatora: Natália Alves (IE-UL)

Peritos participantes: Ilona Kovacs (ISEG-UTL), Luísa Veloso (CIES/ISCTE-IUL), Ana Paula Marques (ICS-UM), António José Almeida (ESCE-IPSetúbal)

Apresentação

As problemáticas do emprego e do empreendedorismo entre os jovens, particularmente entre os diplomados do ensino superior, tem vindo a merecer uma atenção especial quer no debate público quer nas discussões académicas, o que se reflecte na elevada visibilidade social do desemprego juvenil, que em Portugal apresenta uma das mais elevadas taxas ao nível da União Europeia. De igual modo, também o empreendedorismo entre os jovens tem merecido uma forte exposição mediática sendo apresentado, não raras vezes, como uma panaceia para a resolução do problema do desemprego juvenil.

O debate em torno destas duas problemáticas reflecte a crescente centralidade social e política dos problemas com que os jovens se deparam nos processos de inserção socioprofissional e nas suas trajectórias subsequentes. Esta centralidade social e política é tanto maior quanto estamos perante um grupo heterogéneo mas fortemente escolarizado, para quem a escolarização representou um mundo de promessas que se apresenta cada vez mais do desencantamento e da precariedade.

Central neste debate parece ser, ainda, o carácter heterogéneo desta mole de cidadãos afastados do mercado de trabalho ou precariamente neles inseridos, seja no plano objectivo, ao serem vítimas das designadas formas atípicas de emprego, seja no plano subjectivo, ao serem atravessados por sentimentos de insegurança quanto ao futuro das suas vidas cada vez mais fragmentadas. A contrastar com este afastamento do mercado de trabalho ganha forte visibilidade a pressão para a sua integração no mercado de consumo, gerando tensões sociais e rupturas culturais indutoras de sentimentos ora de resignação ora de revolta.

Alguns paradoxos da condição juvenil

Apesar do peso cada vez mais reduzido dos jovens na estrutura demográfica e do seu elevado nível de educação/formação, segmentos crescentes estão a ser condenados a crescer na periferia ou à margem da sociedade;

A crescente exclusão dos jovens do mercado de trabalho ocorre em simultâneo com a promoção de políticas de envelhecimento activo que tendem a contribuir para a redução das oportunidades de emprego para os jovens e para a potencial emergência de conflitos inter-geracionais;

Num ambiente social marcado pela vulnerabilidade, pelo aumento do sentimento de insegurança e de angústia e pela falta de condições para os jovens construírem projectos de vida, exige-se cada vez mais dinamismo pessoal e responsabilização individual num contexto onde mais do que nunca o Estado Social deveria assumir um papel activo

Estado da arte ... o que dizem os estudos

Os estudos que têm vindo a ser realizados sobre o emprego juvenil em Portugal mostram que:

- Há uma grande diversidade entre os países da EU no que se refere aos aspectos quantitativos e qualitativos do emprego juvenil. Esta diversidade resulta das condições socioeconómicas de cada país como seja a inserção na economia global, a estrutura da actividade económica, o sistema de ensino/formação e as políticas económicas e sociais dos governos;
- A transição para a vida adulta deixou de ser linear tornando-se mais precária, complexa e individualizada;
- Os jovens de hoje estão mais expostos aos efeitos negativos da flexibilização do mercado de trabalho do que as gerações anteriores;
- A degradação da situação do emprego dos jovens manifesta-se na inserção precária no mercado de trabalho e esta fragilidade tende a aumentar no contexto de crise;
- Uma situação vulnerável no mercado de trabalho induz percursos profissionais precários que se alternam com períodos de desemprego reforçando a condição de fragilidade dos jovens;
- As trajectórias de inserção estável no mercado de trabalho tendem a ser protagonizadas por um número cada vez mais reduzido de jovens;
- O *brain drain* tem-se vindo a acentuar representando um desperdício dos investimentos feitos na qualificação dos jovens e diminui as condições objectivas para a promoção da inovação e do desenvolvimento económico;
- A mobilidade voluntária dos jovens portugueses, no contexto da UE, apresenta índices reduzidos face aos países do centro e norte da Europa, o que condiciona o potencial de estabelecimento de redes sociais, culturais e económicas para o futuro;
- Apesar dos progressos ocorridos, o empreendedorismo tecnológico assume um papel incipiente no processo de transformação do tecido produtivo e no reposicionamento de Portugal na divisão internacional do trabalho.

Recomendações

Face ao exposto os peritos entenderam efectuar as seguintes recomendações:

Produção estatística

- Necessidade de produzir estatísticas oficiais que dêem conta do aumento da diversidade das formas de emprego de forma permitir a caracterização das heterogeneidades da condição juvenil perante o trabalho. Assume particular destaque a ausência de critérios para a contabilização das diferentes formas de auto-emprego e o estatuto dos estágios curriculares e profissionais na tipificação da relação de emprego.

Realização de estudos

- Avaliar os impactos das diferentes medidas de política pública de promoção do emprego juvenil, nomeadamente: dos programas de estágios profissionais, dos programas de apoio às empresas para a contratação de jovens, dos programas de apoio à criação do próprio emprego e dos programas de apoio ao empreendedorismo;
- Aprofundar o conhecimento técnico-científico sobre a heterogeneidade de condições perante o trabalho e o emprego;
- Avaliar as consequências da precariedade de emprego nos modos de vida, nos projectos de vida e de família e na saúde física e mental dos jovens;
- Aprofundar o conhecimento técnico-científico sobre os modos como os jovens vêem o mundo, o trabalho e o seu futuro;
- Analisar as complementaridades geracionais na produção e difusão de saberes profissionais enquanto mecanismo de suporte à inovação, ao desenvolvimento económico e à promoção de uma sociedade inclusiva;
- Avaliar o papel do emprego a tempo parcial e os seus efeitos sobre os modos de vida dos jovens.

Políticas públicas

- Criar um quadro institucional de avaliação sistemática das políticas activas de emprego juvenil;
- Promover políticas activas de partilha de emprego e de redução do tempo de trabalho tendo em vista a diminuição das desigualdades entre o que não conseguem viver pelo excesso de trabalho e os que não conseguem viver por não ter trabalho;
- Promover a valorização e dignificação económica e social do emprego jovem através da regulação efectiva da sua relação de trabalho de forma a eliminar as situações generalizadas de desrespeito pela legislação do trabalho em vigor;
- Reforçar os mecanismos de fiscalização das formas de contratação e de remuneração dos jovens tendo em vista o combate à sobre-exploração do trabalho juvenil;
- Promover uma maior utilização dos apoios concedidos a potenciais jovens empresários através do novo mecanismo europeu de microfinanciamento “Progress”;
- Continuar a trabalhar para regulamentar (desenvolvimento ao nível da jurisprudência sobre patentes e propriedade intelectual) e proteger os direitos de propriedade intelectual e as modalidades de conversão económica e comercial das ideias (COM, 2011);
- Reforçar a simplificação administrativa e burocrática bem como os mecanismos financeiros disponíveis, direccionando-os para ideias de negócio ou criação de empresas de base tecnológica com potencial multiplicador ligado à inovação de modo a transformar, progressivamente, o perfil de especialização produtivo do país;
- Regularizar e dignificar a situação dos jovens profissionais dedicados à investigação científica no quadro do sistema científico nacional.



Mobilidade e Migrações

Relatora: Sandra Mateus (CIES/ISCTE-IUL)

Peritos participantes: Beatriz Padilha (CIES/ISCTE-IUL), João Queirós (IS-UP/ESE-IPP), João Sardinha (CEMRI/UAB), Maria Lucinda Fonseca (IGOT, CEG/UL), Marta Vilar Rosales (CRIA-UNL)

Apresentação

De acordo com a sua área de especialização e património de investigação, os peritos participantes debateram e comentaram as tendências, dinâmicas, experiências, condições socioeconómicas, culturais e institucionais, tal como os contextos que enquadram a ação dos jovens imigrantes, jovens emigrantes, jovens filhos de imigrantes e emigrantes, e jovens num sentido mais lato, para os quais as experiências de mobilidade e migração de algum modo se desenham e ganham sentido.

Tendo em conta que:

- Os jovens migrantes constituem uma população multifacetada e complexa que urge conhecer melhor atendendo quer às linhas transversais e estruturantes que os caracterizam, quer às especificidades e originalidades que eventualmente apresentam;
- É fundamental tratar as migrações contemporâneas como processos multidimensionais que envolvem tanto os que partem como os que ficam, que apresentam uma grande diversidade de rotas e trajetos, causas e fatores de incentivo, modalidades de integração e relação com a origem, temporalidades e permanências;
- Os jovens migrantes têm um peso significativo na estrutura demográfica e contêm em si um importante potencial de criatividade e revitalização territorial, social e económica;
- A complexidade e plasticidade dos atuais fluxos emigratórios obriga ao delineamento de estratégias e ações capazes de dar conta de uma realidade coproduzida numa multiplicidade de lugares socialmente interligados e geograficamente disseminados;
- A mobilidade e as migrações são temáticas interseccionais, e só podem ser lidas e analisadas quando articuladas com outros eixos, como a classe social, o género, ou a origem nacional, entre outros.
- A grande maioria das reflexões realizadas na última década em Portugal sobre o tema “Juventude e Migração” teve como objeto de estudo os jovens filhos de imigrantes que fixaram residência em Portugal. Esta tendência, fruto de um contexto cultural, social e económico específico, fez-se igualmente sentir ao nível do desenvolvimento de políticas e práticas de intervenção no terreno, e

deve agora ser alargada a outros jovens que empreendem ou são consequência de trajetórias de mobilidade e migração, nomeadamente de forma autónoma;

- A emigração emerge como uma tendência forte, nomeadamente entre jovens do sexo masculino com qualificações académicas e profissional baixas, direcionada sobretudo para atividades não especializadas dos setores da indústria ou serviços e, em especial, para atividades ligadas à construção civil e às obras públicas. A emigração protagonizada por jovens qualificados, apesar de assumir maior notoriedade política e mediática e de poder ser importante em termos relativos, é bastante inferior, em termos absolutos, à realidade emigratória atrás mencionada, estando também mais circunscrita do ponto de vista geográfico (áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e principais centros urbanos);
- As vivências dos jovens migrantes são atravessadas por processos de discriminação significativos;
- Grande parte das dinâmicas e constrangimentos observáveis não são exclusivas dos jovens, mas transversais à sociedade portuguesa, e podem ser vividas de forma muito intensa em gerações mais avançadas. Qualquer dispositivo de resposta aos problemas identificados pode beneficiar também outras gerações.

Recomendações

Os peritos sugerem e recomendam que:

Relativamente aos jovens com trajetórias migratórias e de mobilidade, em sentido lato:

- Dada a conjuntura atual, torna-se urgente retomar, questionando a dicotomia emigração/imigração, uma abordagem holista dos fenómenos migratórios que integre também as saídas e os trânsitos transnacionais que ocorrem no presente Portugal. Investigar de modo concertado e dialogante as causas, trajetórias, objetivos e estratégias de jovens migrantes portugueses e de jovens oriundos de outras origens poderá constituir uma abordagem produtiva e clarificadora;
- A intersecção dos estudos das culturas juvenis com os estudos das migrações parece ser um quadro mais eficaz para a produção de conhecimento, do que abordagens assentes apenas numa das duas subáreas disciplinares. São ainda necessárias análises de carácter longitudinal, fundamentais para o entendimento das trajetórias de mobilidade dos jovens;
- As políticas de juventude deverão ser transversais, pluridimensionais e atentas à especificidade, e estruturadas na participação e envolvimento ativo dos próprios jovens em situação de mobilidade. As aspirações e desejos dos jovens devem ser auscultados. Estes devem ser envolvidos e deve ser incentivada e apoiada a sua participação no esboço e na construção de soluções para os problemas de mobilidade que vivenciam;
- O acesso à mobilidade é desigual, e a mobilidade elegida é um privilégio dos jovens de classes mais privilegiadas: as migrações são também um processo seletivo. Em sentido complementar ao preconizado nas políticas europeias de juventude, em que a mobilidade é um valor inerentemente positivo a promover, será importante assegurar que os processos de mobilidade são voluntários e caracterizados pela igualdade de condições de acesso. As mobilidades forçadas e constrangidas dos jovens mais desqualificados poderão contrariar-se através da aplicação de medidas políticas, de articulação entre emprego, educação e formação, regionalizadas e territorializadas, contrariando um tipo de mobilidade que tenha como consequência a entrada em círculos agravados de privações sociais múltiplas e cumulativas;
- Não existem dados disponíveis sobre participações nos programas de mobilidade de âmbito europeu. Deverão desenvolver-se estudos sobre as condições de acesso a estes programas, a

caracterização dos públicos que a eles acedem, e a identificação dos públicos que aos mesmos não acedem, bem como os fatores que estão subjacentes aos bloqueios à participação;

- Recomendam-se medidas apropriadas com o intuito de agilizar e facilitar os processos de reconhecimento de diplomas escolares, competências e certificações de jovens migrantes, filhos de imigrantes e emigrantes residentes em Portugal. O reforço dos dispositivos de educação ao longo da vida beneficia a integração dos jovens migrantes;
- O acesso ao mercado de trabalho é um tema central para os jovens migrantes, que são mais afetados pelos níveis de desemprego. A falta de oportunidades e as mobilidades sociais constrangidas, fortes na população portuguesa, impulsionam migrações não plenamente desejadas e planeadas, e bloqueiam a integração dos jovens de origem estrangeira residentes em Portugal, sobretudo com origem africana. Entre estes, redes sociais restritas abrem oportunidades de trabalho sobretudo em sectores desqualificados, e o acesso a profissões mais prestigiadas, muitas vezes atravessadas por lógicas de recrutamento informal, é particularmente difícil. A falta de capital social afeta também filhos de emigrantes que se estabelecem em Portugal. É necessário modernizar as estruturas de acesso ao emprego, permitindo a sua abertura através de lógicas mais democráticas e menos assentes nas redes de conhecimento informais. As políticas de promoção do empreendedorismo não são suficientes para dar resposta aos problemas sentidos neste domínio;
- É fundamental o trabalho junto das instituições e agentes que lidam diretamente com os jovens migrantes (escolas, IPSS, técnicos de ação social), quer na origem, quer no destino, sobre as representações dominantes do senso comum existentes acerca do “outro migrante”, e o fomento da discussão de conceitos como o de etnia, raça, pertença cultural, identidade nacional, que ajudam a desconstruir estereótipos e a rever retratos cristalizados e generalizantes.

Relativamente aos jovens filhos de imigrantes:

- É necessário distinguir migrantes e estrangeiros, e superar dicotomias dominantes na opinião pública, assentes nos traços fenotípicos e nas condições sociais (“estrangeiros brancos” por oposição a “migrantes pobres e negros”), nomeadamente através da desmontagem de conceitos com relações “naturalizadas”, como etnicidade e pobreza;
- O estudo e o desenvolvimento de atividades junto destas populações devem pressupor a existência de um conjunto complexo de fatores que, a par com a juventude e a condição de migrante (e de “étnico”), intervêm na (re)produção identitária dos sujeitos, na estruturação dos seus posicionamentos e na (re)definição das suas pertenças e referências. Chama-se particularmente a atenção para a classe social, o género, a idade, o contexto de residência e a relação com a escola. As intervenções sociais junto deste segmento de jovens devem evitar pressupor, ou forçar, a existência de “eticidades” homogêneas e cristalizadas;
- Entre os jovens filhos de imigrantes existe uma forte incidência de desvantagens complexas, múltiplas e cumulativas. O contexto de crise, e o ambiente de incerteza experienciado pelos jovens em geral na atualidade tem um impacto agravado nas condições de vida dos filhos de imigrantes. As respostas políticas aos diversos constrangimentos e bloqueios que atingem este segmento devem envolver as suas famílias;
- É fundamental a monitorização e acompanhamento dos programas sociais de apoio a esta população, e a produção de indicadores que permitam o registo das suas dinâmicas de mobilidade e integração (para e a partir de Portugal);
- Considera-se necessário o tratamento de informação relativa à população escolar que inclua dados sobre a naturalidade e a nacionalidade de todos os alunos do sistema educativo e dos seus progenitores, para além da escolaridade atingida por estes e respetiva profissão. Não existem análises relativas à presença desta população no ensino superior, uma lacuna que importa colmatar.
- Com grupos particularmente atingidos pelo insucesso escolar entre os filhos de imigrantes, afigura-se que o desinvestimento nas políticas sociais vai afetar duplamente estes jovens, nomeadamente

nos níveis mais básicos de educação, que têm um papel fundamental na quebra da reprodução intergeracional da pobreza;

- Tendo em vista a melhoria dos resultados escolares dos alunos com origem imigrante, recomenda-se que se sustentem (e reforcem) as medidas de implementação do ensino do português como língua não materna, os dispositivos de apoio escolar, de atenção às singularidades e articulação com as famílias.

Devem desenvolver-se estratégias que permitam ultrapassar desigualdades como:

- as dinâmicas de segregação residencial e dificuldades de acesso à habitação;
- os problemas de regularização e atribuição de nacionalidade, que continuam a colocar-se, sobretudo nos jovens de grupos etários mais elevados e que constroem fortemente a mobilidade dos mesmos;
- a desigual mobilidade espacial, urbana, que impede que jovens que já viajaram no mundo possam circular até ao centro das cidades; sendo para isso necessário assegurar as redes de transportes e os dispositivos de apoio à mobilidade urbana entre os jovens residentes nos tecidos periféricos; e incentivar a mobilidade inter-regional no espaço nacional;
- a insuficiente participação cívica dos jovens de origem migratória, que não se encontram suficientemente representados nas associações de juventude em sentido mais lato, ou se encontram diluídos nas associações de imigrantes (não participantes nas discussões das políticas públicas de juventude), ou ainda porque as associações por estes constituídas não se encontram formalizadas ou autonomizadas. Estes coletivos poderiam participar na divulgação e promoção das iniciativas de diálogo intercultural;
- a existência de estereótipos raciais/étnicos em Portugal, e os processos de discriminação e estigmatização a estes associados, afetam de forma significativa as condições de vida e trajetórias destes jovens. Os fenómenos de discriminação tendem a agravar-se ainda mais em períodos de crise económica. Existe uma necessidade premente de formação da população autóctone em termos de competências interculturais – professores, empregadores, funcionários, entre outros, imprescindível num quadro de mobilidade cada vez maior;
- os jovens filhos de imigrantes são, por via da sua socialização familiar, portadores de um conjunto de competências de mobilidade e transnacionalidade. Trata-se de recursos e vantagens competitivas nas economias globais contemporâneas, que devem ser reconhecidas e valorizadas.

No que diz respeito aos jovens filhos de emigrantes,

- Recomenda-se a criação de condições para a aprendizagem da língua – muitos jovens filhos de emigrantes chegam a Portugal sem dominar o português de forma correta;
- São necessárias medidas de reconhecimento da identidade, nomeadamente o nome oficial – recomendando-se uma mudança de registo civil para lusodescendentes nascidos antes de 1982, cujos nomes foram abusivamente traduzidos para ‘versões portuguesas’, que constroem os processos de mobilidade internacionais;
- Devem incentivar-se estruturas como o Conselho das Comunidades Portuguesas e o Conselho de Juventude para que estes apoiem mais os jovens oriundos das migrações e os seus problemas, devendo ser esta aproximação complementada e consolidada através do desenvolvimento de mecanismos formais como, por exemplo, câmaras de comércio, novas redes comerciais, sem esquecer as instituições tradicionais de origem portuguesa.

No que concerne aos jovens emigrantes,

- Deve incentivar-se a produção de informação estatística oficial capaz de descrever de forma exaustiva a intensidade e configuração dos fluxos de jovens emigrantes, através do cruzamento de

dados oriundos de fontes como as organizações supranacionais, sindicatos, organismos municipais, instituições públicas sediadas nas zonas de destino da emigração e equipas de investigação responsáveis pela condução de estudos em coletividades de origem. Há necessidade de produzir informação estatística oficial mais aprofundada acerca dos fluxos emigratórios com origem no nosso país (como a que resultaria, por exemplo, do relançamento, em versão atualizada, ampliada e mais desagregada geograficamente, do “Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída”, cujos resultados deixaram de ser publicados pelo INE depois de 2003);

- Existe necessidade de articular informação sociográfica, sócio-histórica e sociológica decorrente de estudos intensivos – na origem e destino – acerca da génese, consequências sociais e experiência vivida destes fluxos; e informação bibliográfica, documental, estatística e outra devidamente compilada e organizada através de um processo de cruzamento de fontes e do aprofundamento da articulação entre instituições direta ou indiretamente ligadas ao fenómeno emigratório (organismos estatais de tutela, rede consular, gabinetes e conselhos locais de apoio ao emigrante, rede de associações e organizações não governamentais nos contextos de destino);
- Do ponto de vista metodológico, para além de instrumentos de recolha de informação (designadamente estatística) modernos e flexíveis, deve incentivar-se a construção de “etnografia(s) móve(is)” de observação do processo migratório e da constelação de espaços por ele interligados através de um trabalho “multissituado”;
- Sugere-se a ampliação e aprofundamento da capacidade de atuação do Observatório da Emigração, criado em 2008, bem como as articulações entre este e o Observatório Permanente da Juventude;
- As disposições para a emigração são acentuadas pelas desigualdades de qualificação escolar e fragilidade económica de algumas regiões. As mobilidades consequentes, temporárias e pendulares, têm implicações importantes que devem ser acauteladas: maior volatilidade, menor especialização, maior precariedade dos contextos de exercício e vínculos laborais, maior risco de acidentes pessoais e de viação. Estes fluxos migratórios criam um proletariado flutuante que reforça subalternidades sociais, e introduz novos constrangimentos através, designadamente, de um processo de dupla desvinculação social. Têm ainda implicações nas estratégias de escolarização das gerações mais novas, podendo desmotivar o investimento na prossecução de estudos ou sua retoma numa lógica de segunda oportunidade. Devem por isso incentivar-se estudos que analisem:
 - a diversidade das formas de conscrição existentes, promovidas de maneira mais ou menos organizada por uma constelação de intermediários, e das táticas de (auto)mobilização orientadas, consciente ou inconscientemente, para a criação de uma força de trabalho móvel;
 - as modalidades (diferenciadas) de inserção profissional e social dos jovens portugueses sem experiência prévia de emigração que têm vindo a deslocar-se quer para países com forte presença portuguesa, quer para países com presença portuguesa recente e emergente;
 - a diferenciação social interna ao grupo dos emigrantes e sua correspondência com as diferentes modalidades de recrutamento e de (auto)mobilização;
 - as estratégias de reorganização familiar e as transformações sociais nas coletividades de origem mais afetadas por estes fluxos emigratórios;
 - as formas de tratamento político, institucional e social dos emigrantes portugueses nos países “centrais”. Numa altura em que se verifica um recrudescimento das tensões “centro-periferia” no continente europeu, e em que a chamada “integração europeia” se vê confrontada com relevantes desafios, a emigração portuguesa pode constituir um espaço apto à intensificação do diálogo e da concertação interestatal, bem como à idealização e implementação de formas inovadoras de aprofundamento e difusão de boas práticas em matéria de informação geral sobre: circulação no interior do espaço europeu e entre este e outras regiões do globo; promoção da interculturalidade; regulação e dignificação das atividades laborais; e adequação e modernização da rede institucional de enquadramento e apoio aos migrantes nos contextos de destino.

- Deve ser promovida uma discussão aberta, informada e participada sobre os riscos relacionados com os processos migratórios, desconstruindo os discursos mitificados que subsistem sobre a emigração em Portugal – que afetam sobretudo os jovens com menor capital escolar – e que fazem pouco sentido face às características atuais dos tecidos empresariais e à situação de desestruturação das economias contemporâneas, muito diferenciadas face ao panorama encontrado pela geração anterior.



Participação política, cívica e voluntariado

Relatora: Marina Costa Lobo (ICS-UL)

Peritos Participantes: Edalina Rodrigues Sanches (ICS-UL); Cristina Nunes (CIES/ISCTE-IUL); Marco Lisi (IPRI/UNL)

Apresentação

Uma das principais conclusões dos estudos sobre o associativismo e a participação política da população juvenil é a de que os jovens estão cada vez mais afastados da política convencional, mas que nem por isso estão alienados da vida pública, pelo contrário eles são sobretudo atraídos por atividades de natureza cívica e social, como o associativismo e o voluntariado. Estas evidências levam-nos a acreditar que a participação social ou cívica poderá ser uma das formas mais promissoras de incrementar a cidadania dos jovens, nas atuais sociedades democráticas.

Não obstante existirem algumas especificidades no que diz respeito à participação dos jovens na vida pública - os índices de participação social dos jovens são mais elevados do que os da restante população; os jovens tendem a ser menos céticos do que os mais velhos em relação à eficácia de todas as formas de participação política, convencionais ou não; encontram-se menos expostos à informação política pelos meios de comunicação convencional do que o resto da população e participam essencialmente em atividades mais individualizadas (ex. colar cartazes, assinar petições) do que as que são mediadas pelas organizações da sociedade civil (ex. os partidos políticos ou sindicatos) – esta população não se diferencia de modo substantivo da população mais velha. Alguns estudos sublinham que face aos novos desafios que enfrentam (crescente precarização da integração socioprofissional, o aumento do capital escolar, a secularização, o casamento “tardio”, a orientação para os valores ou mesmo a esquerdização) os jovens, como a geração dos seus pais, revelam baixos níveis de mobilização, interesse pela política, assim como baixos níveis de confiança nas instituições políticas e nas elites que as lideram. Neste quadro são essencialmente as perceções sobre o funcionamento da democracia e as atitudes em relação ao campo político que bloqueiam a cultura de participação dos jovens. Esta parece ser sobretudo despoletada pelas representações que os jovens têm sobre os seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Encorajador, é o facto de os jovens privilegiarem o nível local e o associativismo como espaço e meio de atuação e de revelarem ainda, em termos longitudinais, maior interesse pela política, assim como maior frequência de discussão de assuntos sobre política. As práticas de voluntariado ainda que, essencialmente informais e ocasionais também têm vindo a crescer e a ser valorizadas pelos jovens.

Estes sintomas têm duas implicações para o funcionamento sistema democrático: por um lado podem afetar o funcionamento institucional e a sustentabilidade intergeracional das democracias ocidentais tal como as conhecemos mas, por outro lado colocam desafios importantes para os decisores políticos, que têm de desenvolver novos mecanismos de acomodação das necessidades de participação dos jovens.

A relação dos jovens com a política é essencial para a sustentabilidade institucional das democracias atuais. Neste sentido, a análise de novos tópicos e a adoção de novas metodologias (ex. estudos qualitativos, estudos de painel) poderão contribuir para revitalizar esta área de saber.

- **Estudos de painel sobre as atitudes e formas de participação política dos jovens**, por forma a perceber se existe um ciclo de vida nas formas de envolvimento político adotadas;
- **Estudos comparativos sobre as formas de participação política em novas e velhas democracias europeias**, uma vez que os dados do *Flash Eurobarometer* apontam para uma clivagem que é não apenas geográfica (Centro e Norte contra o Sul) mas também de longevidade democrática;
- **Importância teórica dos conceitos de cultura política e cultura juvenil**, para vários autores os jovens não são apenas um todo estruturado em termos etários, são também um universo diferenciado onde se perfilam diferentes culturas juvenis;
- **Estudos ao nível subnacional**, permitirão responder a perguntas como: será que os jovens participam da mesma forma em eleições locais e em eleições nacionais? será que os jovens do norte do país participam mais ou menos do que os do sul do país?

Recomendações

Incrementar a participação dos jovens na vida cívica da sua comunidade

- Fundos para conselhos locais, nacionais, regionais e organizações juvenis;
- Encorajar a pertença em conselhos de juventude e organizações juvenis de grupos frequentemente sub-representados como as mulheres e as minorias;
- Encorajar os partidos políticos a abrirem-se a um maior diálogo com os jovens;
- Criar oportunidades para que os jovens adotem hábitos democráticos e de cidadania.

Incrementar a participação dos jovens no sistema de democracia representativa

- Sensibilizar os partidos políticos para a importância da participação política dos jovens e para os benefícios que isso poderá trazer para suas estruturas internas;
- Tornar claro que a participação não é um fim em si próprio: ou seja, sempre que exista participação deve ser feita avaliação para demonstrar como o envolvimento dos jovens influenciou o processo.

Maior apoio para várias formas de aprendizagem e participação

- Discussão de temas da atualidade política discutida nas escolas,
- Mais educação sobre cidadania, direitos e responsabilidades,
- Formar professores e pais sobre como implementar métodos democráticos;
- Maior recurso a jovens em ambientes de educação formal;
- Maior diálogo entre educadores formais e não formais;
- Programas de educação cívica nas escolas.



Saúde e prevenção de comportamentos de risco

Relator: Pedro Alcântara da Silva (ICS-UL)

Peritos participantes: Isabel Loureiro (ENSP-UNL), Margarida Gaspar de Matos (FMH-UTL), Noémia Lopes (ISCTE-IUL), Celeste Simões (FMH-UTL), Victor Meirinhos (FCSH-UNL).

Apresentação

Dada a multiplicidade de subtemas e factores que contribuem para o estado e promoção da saúde da população jovem, optou-se por circunscrever a abordagem a quatro áreas de análise fundamentais no que respeita à maior incidência de comportamentos de risco e respectiva prevenção. Essas áreas de intervenção prioritárias que estruturam o presente texto são então os seguintes: 1) malnutrição (obesidade e subnutrição); 2) consumos de substâncias; 3) sexualidade e; 4) prevenção rodoviária e sinistralidade.

Malnutrição (obesidade e subnutrição)

Os problemas de saúde resultantes de um desequilíbrio energético e erros alimentares têm vindo a aumentar em todo o mundo. A obesidade tem afectado sobretudo populações mais desfavorecidas nos países mais desenvolvidos, existindo também nos mais pobres. É um sério problema de saúde pública com consequências no aumento de outras doenças, como a diabetes e as doenças cardio-vasculares e outras, incluindo de saúde mental. Começa cada vez mais cedo e as estratégias para a prevenir exige a intervenção de vários sectores, da educação para a saúde a alterações no ambiente com medidas políticas ao nível macro e micro. Portugal tem uma alta prevalência de excesso de peso aos 4 anos de idade (23% com excesso de peso e 6% obesidade), entre os 7 e os 9 anos e os 10 e os 18 anos, respectivamente cerca de 32% e 30% de excesso de peso e 11% e 8% de obesidade e os adultos 54% e 14%.

Porque o tratamento é tão difícil ser bem sucedido e definitivo, é na gravidez e nos primeiros tempos de vida das crianças que as oportunidades de intervir não podem ser perdidas. Há que contar com a dificuldade que os pais têm em reconhecer o problema.

Identificaram-se estratégias mais efectivas para a sua prevenção como: a alimentação da grávida e o não tabagismo (um dos factores de baixo peso ao nascer e de prematuridade, percursos da obesidade e de doenças cardio-vasculares), a prática do aleitamento materno, a forma como são introduzidos os alimentos sólidos, o respeito pelos sinais de fome e saciedade da criança, as vantagens de um estilo parental autoritativo, o exemplo dos pais, o cuidado com a adequação do tamanho das porções oferecidas e

qualidade nutricional, o controlo do ambiente evitando que seja obesogénico e o incentivo à actividade física, à ingestão de água e ao cumprimento das horas de sono recomendadas para cada idade.

Várias experiências têm sido bem sucedidas em Portugal. Elas implicam, geralmente, o poder local – através dos municípios e das escolas – assim como os serviços de saúde. A literacia em saúde tem-se revelado crítica bem como o acesso aos alimentos (preço, acessibilidade aos mais saudáveis, como fruta e legumes) e à actividade física. Implica medidas de carácter político, da educação à produção e distribuição de alimentos e existência de espaços seguros.

Apesar de ser valorizada uma alimentação saudável, actualmente nem a obesidade nem a actividade física se encontram explícitas nas políticas nacionais do sector da saúde, o que enfraquece a integração de iniciativas intersectoriais. Acresce a agressividade das grandes indústrias produtoras de alimentos hipercalóricos a baixo preço e sem controlo da sua publicidade para dificultar a adopção de práticas alimentares adequadas.

A educação dos jovens para uma parentalidade promotora de saúde e uma postura crítica face às pressões do ambiente constitui uma aposta decisiva relativamente ao futuro.

Nutricionistas, psicólogos, médicos e enfermeiros de família, professores, legisladores e outros decisores políticos - como os autarcas, são todos necessários. São precisas medidas que facilitem aos cidadãos o acesso a alimentação e actividade física adequadas, a capacidade crítica e de organização familiar, aumentando o controlo sobre o ambiente, incluindo o seu envolvimento em iniciativas a nível local e participação nos processos políticos.

Consumos de substâncias

O consumo de substâncias é outra das áreas que suscitam maior preocupação quando se trata de promoção da saúde na população jovem e da prevenção de comportamentos de risco. Para o Livro Branco da Juventude centrar-nos-emos no consumo de tabaco, bebidas alcoólicas, drogas e produtos medicamentosos de performance. A investigação em Portugal sobre a população jovem tem concluído o seguinte:⁵

- A maioria dos adolescentes não fuma tabaco;
- A percentagem de fumadores tem vindo a diminuir desde 2002;
- A maioria dos jovens não consome bebidas destiladas e nunca se embriagou. Desde 1998, o consumo diário de bebidas destiladas tem oscilado entre 0,3% e 1%. A percentagem mais elevada ocorreu em 2002 (1 %), enquanto a menos elevada se verificou em 2010 (0,3%);
- A percentagem de adolescentes que afirma que nunca se embriagou desceu entre 1998 e 2006, mas subiu em 2010. Contudo, a percentagem de jovens que se embriagou mais de dez vezes manteve-se.
- A maioria dos jovens refere que não consumiu drogas no último mês. Relativamente ao número de adolescentes que não consumiu substâncias ilícitas nenhuma vez, observou-se uma grande diminuição de 1998 para 2002, tendo-se mantido sem alterações significativas desde essa altura. O consumo regular passou de 1,1%, em 2006, para 1,4% em 2010;
- A experimentação de haxixe entre os adolescentes portugueses tem variado desde 1998 (3,8%), sendo que a maior percentagem foi observada em 2002 (9,2%). Desceu em 2006 (8,2%) e subiu ligeiramente em 2010 (8,8%). Também considerando a experimentação das outras drogas, ocorreu uma subida de 2006 para 2010: LSD, de 1,8% para 2%; cocaína, de 1,6% para 1,9%; e *ecstasy* de 1,6% para 1,8%;
- Verificam-se diferenças significativas ao nível do género (rapazes apresentam maiores consumos de álcool e drogas, da idade (mais velhos apresentam maiores consumos) e da região do país (Alentejo é

⁵ Matos, M. G., Simões C, Tomé, G., Camacho, I., Ferreira, M., Ramiro, L, et al. (2012), *A saúde dos adolescentes portugueses: Relatório do estudo HBSC 2010*. Lisboa: CMDT/IHMT/UNL; FMH/UTL.

a região com valores mais elevados no consumo de tabaco e álcool; Algarve é a região com consumos de drogas ilícitas mais elevados).

Vários factores têm sido encontrados associados ao consumo substâncias em diversos domínios (individual, familiar, pares, escolar), sendo que os adolescentes que consomem substâncias apresentam:

- Níveis mais elevados de sintomas físicos e psicológicos;
- Níveis mais baixos de satisfação com a vida e de auto-regulação;
- Maior envolvimento em provocações, lutas, andar com armas e relações sexuais de risco (associadas ao consumo de álcool ou drogas);
- Mais dificuldades na relação com a família, comunicação com os pais e menor supervisão por parte destes;
- Menor satisfação com a escola, maior percepção de fraca competência escolar, pior relação com os professores, maior absentismo escolar;
- Mais facilidade na comunicação com amigos, mais tempo de convívio com os amigos (depois das aulas e saídas à noite).

As implicações no âmbito da promoção da saúde e prevenção dos comportamentos de risco serão as seguintes:

- Necessidade de uma intervenção precoce, dado o envolvimento neste tipo de comportamento aumentar com a idade, bem como pelo facto de o consumo de um tipo de substâncias constituir um dos principais factores de risco para o envolvimento em outros tipos de consumo e estar associado a outros comportamentos de risco;
- Promoção de factores de protecção dos comportamentos de risco, nomeadamente competências pessoais e sociais que ajudem a gerir conflitos internos, bem como acontecimentos de vida que ameaçam o bem-estar e a qualidade de vida dos adolescentes;
- Promoção de alternativas saudáveis aos comportamentos de risco que muitas vezes são postos em práticas para satisfazer as necessidades psicossociais dos adolescentes e lidar com os desafios próprios da adolescência;
- Intervenções abrangentes delineadas para vários comportamentos alvo, que partilham factores de risco e de protecção, contemplando no entanto as especificidades e necessidades de diferentes grupos etários, de género, percurso escolar, ou outros;
- Envolver os principais agentes socializadores (família, pares, comunidade escolar, comunidade alargada) dado que constituem elementos fulcrais na passagem de valores e atitudes e funcionam como importantes modelos comportamentais. Estes são ainda determinantes para o estabelecimento de sólidas relações afectivas, para a promoção de expectativas positivas e elevadas em relação aos jovens, e para a abertura de oportunidades de participação significativas, que por sua vez são preditores de um desenvolvimento positivo e saudável na adolescência.

O consumo de medicamentos, e de outros produtos, para incrementar o desempenho corporal, cognitivo e relacional, comumente designados por “smart drugs” e “lifestyle drugs” é uma realidade em crescimento entre a população jovem, quer em Portugal, quer na generalidade das sociedades modernas. Os potenciais riscos de saúde que tais práticas comportam, e a predisposição cultural para o consumo medicamentoso, encarado como recurso de gestão do quotidiano e das pressões sociais, começam a ser objecto de atenção em publicações das áreas médica e das ciências sociais. Contudo, tais consumos, e respectivos riscos, não detêm a mesma visibilidade social alcançada por outras práticas de risco, como as relacionadas com as toxicodependências ou com a obesidade.

Com base num projecto de investigação, ainda em curso, sobre consumos terapêuticos de performance na população jovem [18 - 29 anos], de âmbito nacional, destacam-se, seguidamente, alguns resultados

preliminares.⁶ São resultados que têm por base a realização de 10 Grupos Focais, socialmente heterogêneos, num total de 50 participantes; representam uma primeira incursão no terreno, sendo que a investigação irá prosseguir com outras técnicas de pendor extensivo.

Nos consumos de performance corporal, destaca-se o uso de produtos medicamentosos (naturais e/ou fármacos) para aumento da massa muscular, com predomínio entre os rapazes, transversal a jovens universitários e não universitários, e em zonas urbanas e rurais. Destaca-se também o uso de produtos medicamentosos (naturais e/ou fármacos) para emagrecimento, combate à celulite, aumentar a firmeza corporal, com predomínio entre as raparigas, transversal a jovens universitárias e não universitárias, embora com aparente preponderância entre as últimas; também transversal a zonas urbanas e rurais.

Quanto aos consumos de performance cognitiva e social, destaca-se o uso de estimulantes cerebrais, potenciadores da atenção, inibidores do sono, etc., com elevada incidência entre a população universitária em época de exames. O uso destes anteriores produtos, ainda que de forma menos generalizada, mas com carácter mais continuado, é mais comum entre a população jovem inserida no mercado de trabalho; trata-se de um consumo orientado para gerir situações de maior pressão laboral sobre a competência relacional (p.ex., atendimento comercial em grandes superfícies, com horários intensivos).

Em qualquer das categorias de consumos de performance, coexiste o recurso a medicamentos “*off-label*” (i.e., fármacos usados para finalidades distintas da sua indicação formal), com o recurso a produtos naturais, adquiridas em lojas dietéticas, ou ainda produtos ilícitos adquiridos pela internet – estes últimos, tendem a estar mais correlacionados com os consumos para a performance corporal. A larga maioria dos consumos ocorre por automedicação; e entre as fontes de informação predominam as redes interpessoais de sociabilidade.

Face ao exposto, existem um conjunto de acções que podem ser tidas em conta:

- A importância de dar visibilidade social aos consumos de performance entre a população jovem e aos novos riscos em saúde;
- Promover estudos de diagnóstico social e de natureza comparativa nesta matéria;
- Promover a revisão das formas institucionais de regulação das alegações terapêuticas, contra-indicações e efeitos adversos dos produtos medicamentosos de performatividade disponíveis no mercado, designadamente em matéria de produtos naturais;
- Desenhar intervenções preventivas, através de difusão informativa; e intervenções específicas junto dos segmentos juvenis socialmente mais vulneráveis aos tipos de consumos em questão.

Sexualidade

Um estudo sobre estilos de vida,⁷ sexualidade e saúde sexual e reprodutiva concluiu que a maioria dos jovens tem relação sexual com actual parceiro, usa pílula ou preservativo, tem bons conhecimentos sobre

⁶ O Projecto em referência - “*Consumos Terapêuticos de Performance na população jovem: trajectórias e redes de informação*”- é financiado pela FCT (PTDC/CS-SOC/118073/2010), decorre pelo ISCTE- CIES-IUL e pela EGAS MONIZ, Ensino Superior, e é constituído por uma equipa de 7 investigadores, sob a coordenação de Noémia Lopes.

⁷ O estudo nacional SSREU é uma extensão do Health Behaviour in School-aged Children/OMS e foi financiado pela Coordenação Nacional para a Infecção VIH/Sida /Alto Comissariado da Saúde. Foi desenvolvido pela equipa dos projectos Aventura Social, da Universidade Técnica de Lisboa e Centro da Malária e Doenças Tropicais do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (Universidade Nova de Lisboa). Foram inquiridos 3278 estudantes universitários, das várias regiões de Portugal, com uma média de 21 anos. Matos, M.G., Reis, M., Ramiro, L. & Equipa Aventura Social (2011). Saúde Sexual e Reprodutiva dos Estudantes do Ensino Superior, Relatório Preliminar do Estudo - Dados Nacionais 2010. Lisboa: CMDT/IHMT/UNL; FMH/UTL.

contracepção, infecções sexualmente transmissíveis e VIH/Sida, em especial as mulheres. Revelam também atitudes positivas face à sexualidade (mais os homens), contracepção e preservativo e não são discriminatórios em relação a portadores do VIH/Sida.

Homens e mulheres sentem-se confortáveis a adquirir preservativos (loja e centro de saúde) e a trazê-los consigo. Acham que não têm dificuldade em usá-lo mesmo sob influência de drogas ou álcool e que conseguem recusar ter relações sexuais desprotegidas. No entanto, mais homens consideram que trazer preservativo com eles significa que estão a planear ter relações sexuais e recusam menos relações sexuais desprotegidas. Os homens apresentam maior aceitação do risco.

A maioria dos estudantes universitários é sexualmente activa (83,3%) e teve a sua primeira relação sexual a partir dos 16 anos (inclusive) (79,2%). Os métodos contraceptivos mais utilizados habitualmente são a pílula (70,4%) e o preservativo (69%). Refere ter um relacionamento amoroso “mais do tipo afectivo” e um grau de satisfação sexual elevado. Consideram também que os sentimentos, a comunicação e o prazer sexual são muito importantes numa relação. Os homens mencionam mais frequentemente ter um relacionamento “mais do tipo violento” e atribuem maior importância ao prazer sexual na relação. Por sua vez, as mulheres referem ter um relacionamento “mais do tipo afectivo” e atribuem maior importância aos sentimentos e à comunicação num relacionamento amoroso.

Quanto a diferenças associadas à duração do relacionamento, são os jovens com relacionamentos há menos de 6 meses que mencionam mais frequentemente ter um relacionamento amoroso “mais do tipo violento”. Quem tem um relacionamento há mais de um ano refere mais frequentemente ter um relacionamento “mais do tipo afectivo”. Relativamente às diferenças de idade, são os jovens mais velhos que atribuem maior importância ao prazer sexual na relação; no que se refere às diferenças entre homossexuais e bissexuais, verificou-se que são os homossexuais que mencionam maior satisfação sexual.

Considerando potenciais comportamentos de risco, são os homens, os jovens com relações mais recentes e os mais velhos que mencionam mais frequentemente ter tido relações sexuais associadas ao álcool e às drogas, parceiros ocasionais e relações sexuais com outra pessoa para além do parceiro.

No que diz respeito a comportamentos de protecção, nomeadamente o acesso e o uso de preservativos, as conversas sobre sexo seguro e o teste do VIH, são os jovens que não tiveram educação sexual na escola (antes de entrar para a universidade) que apresentam uma atitude negativa face a estes comportamentos protectores. Quanto à realização do teste do VIH, a maioria dos jovens não tem qualquer intenção de fazê-lo, nem tenciona pedir ao parceiro.

Esboçando um modelo explicativo, verifica-se que o comportamento sexual preventivo (usar preservativo) não depende exclusivamente do grau de conhecimentos, mas da motivação e do desenvolvimento de competências (comunicação interpessoal, negociar o uso do preservativo, adquirir e ter preservativos consigo).

Verificamos ainda através destes resultados que a educação sexual nas escolas tem vindo a cumprir o seu papel: os alunos mais novos referem todos ter tido educação sexual na escola e reportam um comportamento sexual mais seguro.

Urge apostar em Gabinetes de Esclarecimento, nas Universidades, constituídos por equipas pluridisciplinares, com recurso às tecnologias mais recentes (principalmente a internet) e trabalho entre pares.

Estes podem ajudar na implementação de campanhas de prevenção universal, no esclarecimento e sobretudo no treino de competências relacionadas com uma sexualidade mais segura.

Prevenção rodoviária e sinistralidade

Segundo a Organização Mundial de Saúde⁸ os acidentes rodoviários são a principal causa de morte e incapacidade temporária e definitiva entre os jovens com idade compreendida entre os 10 e os 24 anos. O número total de vítimas mortais na faixa etária inferior a 25 anos ascende anualmente os 400.000 a nível mundial. Já no seio da União Europeia, Portugal apresenta uma das mais altas taxas de mortalidade e morbidade infanto-juvenil derivadas da sinistralidade rodoviária, estimando-se que, nesta faixa da população, por cada morte registada cinco outras crianças e jovens são vítimas de incapacidade permanentemente (OMS, 2009)

No universo rodoviário, as crianças e jovens constituem grupos especialmente vulneráveis não só em termos físicos (elevada fatalidade face ao trauma rodoviário) mas também pela maior exposição enquanto peões, ciclistas e motociclistas “a large proportion of the pedestrian population comprises children and people with age or mobility-related impairments.”⁹

A elevada sinistralidade tem sido relacionada com o comportamento humano cuja modelação será imprescindível para que venha a ocorrer uma melhoria sustentada no campo da segurança rodoviária.¹⁰ A actuação sobre o comportamento dos actores rodoviários será mais eficaz se dirigida às novas gerações (crianças e jovens) em fase de estruturação das suas personalidades, tornando-os mais conscientes e mais bem preparados para interagir no ambiente rodoviário enquanto peões, passageiros e futuros condutores, mas também enquanto potenciais agentes preventores de más práticas em termos de segurança rodoviária no seu círculo social.

A deficiente formação de base dos atores rodoviários no nosso país foi pela primeira vez identificada no Plano Nacional de Prevenção Rodoviária.¹¹ Neste documento salientava-se o insuficiente empenhamento do sistema educativo na educação rodoviária das crianças e jovens. Neste sentido a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária¹² representou um ponto de viragem na educação rodoviária nacional ao considerar que um dos factores essenciais para a sua concepção e concretização “seria a formação e a educação para a segurança do ambiente rodoviário, principalmente nas vertentes de Educação cívica, escolar e profissional”.

A introdução da educação rodoviária, logo desde os níveis iniciais do sistema educativo, constituirá não só um elemento preventivo, como ajudará ainda na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos através de um processo contínuo que acompanhe as diferentes fases de desenvolvimento da pessoa desde a idade pré-escolar, através dos diferentes níveis de escolaridade. Um processo de contínuo de aprendizagem que não comece nem termine na escola, antes se prolongue por toda a vida. Todos os utilizadores da rede viária têm uma responsabilidade acrescida de garantir a segurança das crianças, cabendo aos pais um papel fundamental na sua formação enquanto utentes rodoviários e enquanto cidadãos.

⁸ Organização Mundial de Saúde, (2007). *World Youth Assembly for Road Safety. The Report*. Acedido em 25 de Junho de 2012, em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2007/9789241595483_eng.pdf.

⁹ International Transport Forum (2011) *Pedestrian safety, urban space and health*. Acedido em 25 Junho de 2012 em: <http://www.internationaltransportforum.org/Pub/pdf/11PedestrianSum.pdf>

¹⁰ Meirinhos, V. (2010), “The walker and Lisbon: an epidemiological study of road accidents involving pedestrians in Lisbon in 2006 and 2007”, in M. Ramos e M. Alves, *The walker and the city*, Lisboa, Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados, p. 234. Meirinhos, V. (2011). *Risco e atribuição: representações dos atropelamentos em Lisboa.. Risco e Trauma nas Estradas Portuguesas*. M. Ramos. Lisboa, Associação de Cidadãos Auto-Mobilizados: 222.

¹¹ Ministério da Administração Interna. (2003). *Plano Nacional de Prevenção Rodoviária*. Acedido em 25 de Junho de 2012, em: <http://www.amtl.pt/tempfiles/20110630183703moptc.pdf>

¹² Organização Mundial de Saúde, (2009). *Mortality from road traffic injuries in children and young people*. Acedido em 25 de Junho de 2012, em: http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0010/96976/2.1.-Mortality-from-road-traffic-injuries-EDITED_layouted_V2.pdf

www.opj.ics.ul.pt



Observatório Permanente da Juventude

O Observatório Permanente da Juventude é um programa de investigação e estudos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica desde 1989. Pretendendo potenciar a produção, a troca e a difusão do conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo, o OPJ beneficia de um largo património e experiência de investigação nacional e internacional.

Atualmente, o OPJ produz pesquisa nas seguintes áreas de investigação:

- Consumos e lazeres juvenis
- Corpo, saúde e sexualidades
- Educação, formação e aprendizagens
- Habitação, vida familiar e laços sociais
- Horizontes profissionais e transições para o mercado de trabalho
- Identities e culturas juvenis
- Jovens, media e tecnologia
- Socialização e participação cívica e política
- Território, mobilidade e migrações
- Valores, representações e atitudes sociais

Coordenação

Maria Manuel Vieira (coordenadora); Vítor Sérgio Ferreira (vice-coordenador); Lia Pappamikail (assessora de coordenação); Jussara Rowland (apoio técnico-científico)

Conselho Consultivo

Ana Nunes de Almeida (ICS-UL); Andreas Walther (Univ. de Frankfurt); Barbara Stauber (Univ. de Tübingen); Carlos Benedito Martins (Univ. de Brasília); João Teixeira Lopes (FL-UP); José Machado Pais (ICS-UL); José Manuel Resende (CesNova-UNL); Juarez Dayrell (Univ. Federal de Minas Gerais); Marília Spósito (Univ. de São Paulo); Vincenzo Cicchelli (Univ. Paris-Descartes); Representante do CNJ; Representante do IPJ